



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Elias Ravizza

**A Integração Econômica do Mercosul e seus Efeitos sobre o Comércio Exterior de Santa
Catarina**

Florianópolis
2025

Elias Ravizza

**A Integração Econômica do Mercosul e seus Efeitos sobre o Comércio Exterior de Santa
Catarina**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Fernando Seabra

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Ravizza, Elias

A Integração Econômica do Mercosul e seus Efeitos sobre
o Comércio Exterior de Santa Catarina / Elias Ravizza ;
orientador, Fernando Seabra, 2025.

81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Integração Econômica
Regional. 3. Mercosul. 4. Comércio Exterior. 5. Santa
Catarina. I. Seabra, Fernando. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III.
Título.

Elias Ravizza

A Integração Econômica do Mercosul e seus Efeitos sobre o Comércio Exterior de Santa Catarina

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2025.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Fernando Seabra, Dr.

Orientador(a)

Prof^a. Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Dr^a.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Liana Bohn, Dr^a.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente

Fernando Seabra

Data: 13/12/2025 00:00:50-0300

CPF: ***.180.710-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Fernando Seabra, Dr.

Orientador(a)

Florianópolis, 2025.

Ao meu pai e minha mãe, os quais sempre fizeram o possível e o impossível por mim e por minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu amado pai Revelino e à minha amada mãe Maria Madalena, que desde sempre fizeram tudo que puderam para que eu tivesse a melhor educação possível e me tornasse a melhor pessoa que eu pudesse ser. Em segundo lugar, à minha querida irmã Kamilla, que ainda que muito diferente de mim, sempre esteve disposta a me ajudar com o que fosse preciso, te amo. Em terceiro lugar, à minha eterna companheira Samara, que fez e faz a minha vida muito mais feliz do que seria se a vivesse sozinho, amo você.

Agradeço também aos professores que tive durante minha Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, sem vocês jamais teria obtido todo o conhecimento que tenho hoje. Em especial, destaco meu orientador Fernando Seabra, cujas aulas sempre me cativaram, meu professor de Ciência Política Ernesto Seidl, meu professor de Direito Constitucional João dos Passos e outras professoras queridas: Carmen Gelinski e Liana Bohn, inclusive, membras da minha banca.

Ademais, agradeço aos amigos que fiz durante a faculdade, principalmente Rafael Córner, Maria Rita e Iago Salles, vocês fizeram da UFSC um lugar que eu pudesse chamar de lar. Por fim, agradeço a todos os membros da Sociedade de Debates da UFSC, um grupo que participei durante três anos, onde fiz inúmeros amigos e colegas, viajei por todo o Brasil, venci campeonatos, me diverti de forma inenarrável e que, com toda a certeza, foi a melhor coisa que fiz durante a Graduação.

Espero que em meu futuro eu possa retribuir cada um de vocês com a felicidade, o orgulho e o amor que trouxeram à minha vida.

*“Pratica cada um dos teus atos como se fosse o
último da tua vida”.*

(Marco Aurélio)

RESUMO

O trabalho analisa os efeitos da integração econômica do Mercosul sobre o comércio exterior de Santa Catarina entre 1991 e 2024, com uma investigação mais detalhada do comportamento dos fluxos comerciais e da especialização produtiva entre 2016 e 2024. A pesquisa adota abordagem exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e levantamento de dados de comércio exterior, com tratamento quantitativo de séries históricas de exportações e importações obtidas em bases oficiais. O estudo discute a evolução institucional do Mercosul, suas limitações estruturais e a dinâmica do comércio brasileiro no bloco, evidenciando oscilações derivadas de crises internas, baixa coordenação macroeconômica e predominância do intergovernamentalismo. Em seguida, examina a inserção catarinense no mercado intrabloco, avaliando fluxos comerciais, composição setorial e padrões de especialização produtiva. Os resultados demonstram que Santa Catarina ampliou suas exportações e importações ao Mercosul em termos absolutos, mas reduziu sua participação relativa no período recente. A pauta exportadora estadual dirige ao bloco principalmente bens intermediários e produtos industriais de baixa e média intensidade tecnológica, enquanto a importadora concentra insumos e produtos manufaturados de maior complexidade, especialmente com a Argentina, revelando menor sofisticação produtiva em comparação ao potencial econômico do estado. Conclui-se que o Mercosul permanece relevante para Santa Catarina enquanto parceiro comercial, mas não consolida ganhos proporcionalmente elevados em termos de complexidade produtiva.

Palavras-chave: Mercosul; Comércio Exterior; Santa Catarina; Integração Econômica; Fluxos Comerciais; Especialização Produtiva.

ABSTRACT

The work analyzes the effects of Mercosur's economic integration on Santa Catarina's foreign trade between 1991 and 2024, with a more detailed investigation of the behavior of trade flows and productive specialization between 2016 and 2024. The research adopts an exploratory and descriptive approach, based on a literature review and foreign trade data collection, with quantitative treatment of historical series of exports and imports obtained from official databases. The study discusses the institutional evolution of Mercosur, its structural limitations, and the dynamics of Brazilian trade within the bloc, highlighting fluctuations resulting from domestic crises, low macroeconomic coordination, and the predominance of intergovernmentalism. It then examines Santa Catarina's insertion in the intrabloc market, assessing trade flows, sectoral composition, and patterns of productive specialization. The results show that Santa Catarina increased its exports and imports to Mercosur in absolute terms but reduced its relative share in the recent period. The state's export basket to the bloc consists mainly of intermediate goods and industrial products of low and medium technological intensity, while its import basket is concentrated in inputs and more complex manufactured goods, especially from Argentina, revealing lower productive sophistication compared to the state's economic potential. It is concluded that Mercosur remains relevant for Santa Catarina as a commercial partner, but it does not consolidate proportionally high gains in terms of productive complexity.

Keywords: Mercosur; Foreign Trade; Santa Catarina; Economic Integration; Trade Flows; Productive Specialization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Balança Comercial do Brasil com o Mercosul (1991-2024)	43
Gráfico 2 – Participação do Mercosul nas Exportações Totais do Brasil (1991-2024)	45
Gráfico 3 – Participação do Mercosul nas Importações Totais do Brasil (1991-2024)	45
Gráfico 4 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina (1991-2024)	51
Gráfico 5 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com o Mercosul (1991-2024)	55
Gráfico 6 – Participação do Mercosul nas Exportações Totais de Santa Catarina (1991-2024)	56
Gráfico 7 – Participação do Mercosul nas Importações Totais de Santa Catarina (1991-2024)	57
Gráfico 8 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com a Argentina (1991-2024)	59
Gráfico 9 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com o Paraguai (1991-2024)	60
Gráfico 10 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com o Uruguai (1991-2024)	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição das Exportações do Brasil para China, Estados Unidos, Mercosul e União Europeia por Seções ISIC (média entre 2016 e 2024).....	47
Tabela 2 – Principais Produtos Exportados pelo Brasil para o Mercosul (2016-2024)	48
Tabela 3 – Principais Destinos de Exportações de Santa Catarina (2016-2024).....	52
Tabela 4 – Principais Origens de Importações de Santa Catarina (2016-2024).....	52
Tabela 5 – Principais Produtos Exportados por Santa Catarina para a Argentina (2016-2024)	64
Tabela 6 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina da Argentina (2016-2024)	65
Tabela 7 – Principais Produtos Exportados por Santa Catarina para o Paraguai (2016-2024)	67
Tabela 8 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina do Paraguai (2016-2024)	68
Tabela 9 – Principais Produtos Exportados por Santa Catarina para o Uruguai (2016-2024) .	69
Tabela 10 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina do Uruguai (2016-2024)	70
Tabela 11 – Composição das Exportações de Santa Catarina para Argentina, Paraguai e Uruguai por Seções ISIC (média 2016–2024).....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfCFTA	Área de Livre Comércio Continental Africana
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Comunidade do Caribe
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CEA	Comunidade Econômica Africana
CECA	Comunidade Europeia de Carvão e Aço
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMC	Conselho do Mercado Comum
FCES	Foro Consultivo Econômico-Social
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Focem	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
GMC	Grupo Mercado Comum
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISIC	Classificação Internacional Padrão de Atividades Econômicas
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
ODECA	Organização de Estados Centro-Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PARLASUL	Parlamento do Mercosul
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
SECEM	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SM	Secretaria do Mercosul

TEC	Tarifa Externa Comum
TPR	Tribunal Permanente de Revisão
UA	União Africana
UE	União Europeia
USMCA	Acordo Estados Unidos-México-Canadá

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
1.1.	OBJETIVOS	16
1.1.1	Objetivo Geral.....	17
1.1.2	Objetivos Específicos.....	17
1.2.	JUSTIFICATIVA	17
1.3.	METODOLOGIA.....	18
1.4.	ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2.	INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	20
2.1.	TEORIAS DE INTEGRAÇÃO	20
2.2.	RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	23
2.2.1.	Integração Econômica no Cenário Internacional.....	24
2.2.2.	Integração Econômica na América Latina.....	26
2.3.	GRAUS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	30
3.	FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MERCOSUL	32
3.1.	OBJETIVOS E DESAFIOS	32
3.2.	EVOLUÇÃO E DESEMPENHO	35
3.2.1.	Primeira Fase (1991-2002)	35
3.2.2.	Segunda Fase (2003-2015).....	36
3.2.3.	Terceira Fase (2016-presente)	38
4.	A RELAÇÃO ENTRE MERCOSUL E BRASIL.....	41
4.1.	BALANÇA COMERCIAL	41
4.2.	DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA.....	45
5.	A RELAÇÃO ENTRE MERCOSUL E SANTA CATARINA.....	49
5.1.	PERFIL ECONÔMICO DE SANTA CATARINA	49
5.2.	BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA COM O MERCOSUL	53
5.2.1.	Comércio com a Argentina	57
5.2.2.	Comércio com o Paraguai.....	59
5.2.3.	Comércio com o Uruguai	61
5.3.	COMÉRCIO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA ENTRE SANTA CATARINA E MERCOSUL.....	63
5.3.1.	Especialização Produtiva no Comércio com a Argentina.....	63
5.3.2.	Especialização Produtiva no Comércio com o Paraguai.....	66

5.3.3.	Especialização Produtiva no Comércio com o Uruguai	69
5.4.	SÍNTESE ANALÍTICA	72
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS.....	77

1. INTRODUÇÃO

A integração econômica é uma estratégia utilizada por muitos países para impulsionar o crescimento econômico, fortalecer suas posições comerciais e aumentar sua influência política no cenário internacional. Ao reduzir barreiras comerciais e facilitar o fluxo de bens, serviços, pessoas e capitais, os países-membros conseguem fortalecer seus laços políticos e sociais, bem como maximizar suas vantagens comparativas, o que contribui para uma maior estabilidade econômica e desenvolvimento regional (Seabra, 2014).

No contexto sul-americano, o Mercado Comum do Sul se apresenta como um exemplo desse esforço de aproximação, buscando gerar oportunidades econômicas e superar desafios de desenvolvimento comuns aos seus integrantes. O Brasil, como membro fundador e principal economia da região, tem desempenhado papel central na consolidação do bloco, buscando fortalecer as relações regionais e ampliar sua integração econômica.

Esses movimentos, entretanto, não se restringem à esfera nacional, uma vez que unidades subnacionais — como estados, províncias e municípios — também veem no Mercosul uma oportunidade estratégica para alcançar ganhos econômicos e superar barreiras estruturais (Prado, 2013). Santa Catarina, em particular, se sobressai nesse cenário. Segundo Gonçalves (2009), o estado tem contribuído de forma expressiva no processo de integração regional com o bloco, destacando-se em áreas como comércio exterior, turismo, convênios universitários e iniciativas estaduais.

É importante ressaltar, no entanto, que as particularidades de cada ente federado geram benefícios econômicos distintos, criando relações específicas de intercâmbio comercial e alternativas variadas de especialização produtiva no contexto de integração. No caso de Santa Catarina, sua economia diversificada, que abrange setores como a agricultura, o turismo e a indústria (Bittencourt; Campos, 2009), somada à proximidade geográfica com Argentina, Paraguai e Uruguai, potencializa ainda mais essas oportunidades.

Desse modo, no âmbito da integração entre Santa Catarina e Mercosul, verificam-se condições propícias para o fortalecimento dos fluxos de comércio e da especialização produtiva, aspectos que serão analisados neste estudo.

1.1. OBJETIVOS

Dividem-se os objetivos do presente trabalho em Geral e Específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os efeitos da integração econômica regional do Mercosul sobre o comércio exterior de Santa Catarina.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a. Compreender o fenômeno da integração econômica sob uma perspectiva teórica e histórica;
- b. Examinar o processo de formação e consolidação do Mercosul;
- c. Avaliar a evolução da relação comercial entre o Brasil e o Mercosul;
- d. Identificar como a integração econômica no âmbito do Mercosul se reflete no desempenho exportador e importador de Santa Catarina.

1.2. JUSTIFICATIVA

A escolha de analisar os efeitos da integração econômica do Brasil no Mercosul, com foco sobre Santa Catarina, é justificada pela relevância que o bloco exerce no cenário sul-americano e no potencial que apresenta para a economia nacional e estadual. Desde sua criação, o Mercado Comum do Sul tem buscado fomentar o crescimento econômico e ampliar a competitividade internacional dos seus membros, por meio da redução de barreiras comerciais, da facilitação do fluxo de bens e serviços e da construção de um mercado regional mais integrado. Tais benefícios, contudo, não se limitam ao plano nacional.

A literatura evidencia que atores subnacionais, enquanto entes juridicamente autônomos, também participam de forma ativa das dinâmicas regionais, utilizando a integração como instrumento para atender demandas próprias e ampliar suas oportunidades de desenvolvimento (Prado, 2013). Essa movimentação ocorre em um contexto no qual os Estados-nação, embora continuem desempenhando papel central nas relações internacionais, enfrentam limites crescentes para responder a todas as expectativas de suas sociedades, abrindo espaço para que governos estaduais fortaleçam sua atuação externa.

Diante disso, a adoção do estudo de caso de Santa Catarina permite compreender como a estrutura produtiva, o perfil importador e as especificidades do estado moldam sua inserção no Mercosul e influenciam sua capacidade de aproveitar as oportunidades decorrentes da integração regional. Investigar essa inserção, portanto, permite avaliar, de maneira mais precisa,

a efetividade da integração econômica no que tange a seus benefícios e limitações em nível subnacional.

1.3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem exploratória e descritiva. Tal escolha se justifica porque o estudo busca compreender, de forma ampla, a evolução das relações comerciais do Brasil com o Mercosul e, de maneira específica, a inserção de Santa Catarina no bloco, a partir da identificação de padrões, trajetórias e mudanças estruturais ao longo do tempo.

No que se refere aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e quantitativa. A etapa bibliográfica contempla livros, artigos científicos, dissertações, relatórios técnicos e publicações institucionais voltadas à integração regional e ao comércio internacional, além de documentos produzidos por organismos como o Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul (SECEM), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

A etapa quantitativa diz respeito especialmente à coleta de dados estatísticos. As informações referentes aos fluxos comerciais foram obtidas diretamente nos sistemas oficiais do SECEM e do MDIC, que fornecem dados mensais e anuais de exportações e importações por produto, setor e país parceiro, assegurando confiabilidade, padronização e rigor analítico. Após a coleta, os dados foram organizados, tabulados e processados em planilhas eletrônicas, permitindo a construção de gráficos e tabelas ilustrativas. Assim, apresentam-se a evolução da corrente de comércio, do saldo comercial e dos principais produtos comercializados entre o Brasil e Santa Catarina com o Mercosul no período de 1991 a 2024.

Essa combinação metodológica possibilita uma visão ampla e sistematizada da integração econômica e de seus efeitos sobre o comércio exterior brasileiro e catarinense.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente pesquisa está estruturada em seis capítulos. O primeiro corresponde a esta seção introdutória, na qual se apresentam os objetivos da pesquisa, a justificativa e os procedimentos metodológicos adotados. O capítulo dois desenvolve uma síntese teórica e histórica dos processos de integração econômica regional, situando seus principais conceitos e marcos evolutivos. No capítulo três, examina-se o Mercosul, com ênfase em seu desempenho

institucional e na trajetória de implementação de seus objetivos desde 1991. O quarto capítulo discute as implicações desse processo para o comércio exterior brasileiro, evidenciando seus efeitos sobre fluxos, setores e padrões de inserção internacional. O quinto capítulo é dedicado ao estudo de caso de Santa Catarina, analisando de que forma o estado tem expandido seu comércio e aprofundado suas especializações produtivas no âmbito do Mercado Comum do Sul, especialmente no período mais recente. Por fim, o capítulo seis apresenta as considerações finais, reunindo os principais achados e contribuições deste trabalho.

2. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

A integração econômica pode ser definida como um conjunto de medidas voltadas à aproximação e à articulação entre as economias de dois ou mais países, normalmente contíguos, a fim de ampliar o fluxo de bens, serviços e capitais comercializados. Tais ações visam gerar ganhos de competitividade e promover maior inserção dos países participantes no comércio internacional, e são proporcionadas através da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, da facilitação logística e aduaneira, da coordenação de políticas econômicas, da harmonização de legislações, dentre outras medidas de cunho comercial, financeiro e institucional.

A integração, ao alcançar estágios mais avançados, pode culminar em uma maior unidade cultural e política, gerando benefícios ainda mais profundos em termos de desenvolvimento econômico, estabilidade regional e cooperação multilateral. Esse processo, conforme salientado por Prado (2013), apesar de tradicionalmente realizado pelos Estados nacionais, pode ser desenhado pela presença de outros atores, tanto governamentais como não governamentais — e subnacionais.

Diante disso, este capítulo examina os fundamentos teóricos e históricos dos processos de integração econômica, de modo a compreender o surgimento e a consolidação de iniciativas regionais como o Mercosul.

2.1. TEORIAS DE INTEGRAÇÃO

Desde a primeira metade do século XX, diferentes correntes teóricas buscaram explicar as razões, os mecanismos e os resultados da aproximação entre as nações, refletindo diferentes contextos históricos e pressupostos sobre o papel do Estado, das instituições e dos atores não estatais na cooperação internacional. Dentre elas, as mais de maior destaque na temática de integração econômica regional são o funcionalismo, o neofuncionalismo, o intergovernamentalismo e o institucionalismo.

O funcionalismo surgiu no período entreguerras, especialmente com as contribuições de David Mitrany, o qual afirmava que os Estados nacionais enfrentavam crescente dificuldade em atender de forma isolada às demandas internas e externas de suas sociedades — tais como desenvolvimento econômico, comércio e segurança. Para ele, um sistema de paz duradoura somente seria possível mediante a redução gradual da soberania política dos Estados, por meio da transferência de competências a instituições internacionais especializadas, as quais seriam responsáveis por funções específicas, como saúde, energia e transportes (Mitrany, 1966).

Essa concepção influenciou ideologicamente os processos de integração regional da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial — como a Comunidade Europeia de Carvão e Aço e a Comunidade Econômica Europeia — buscando tornar os Estados europeus mais interligados e, conseqüentemente, menos propensos ao conflito (Sarfati, 2005). No entanto, tornou-se insuficiente para explicar esses mesmos fenômenos à medida que eles se desenvolviam, pois subestimava as preferências nacionais e as dinâmicas de poder envolvidas no processo decisório.

Diante dessa carência, surgiu a corrente neofuncionalista, enfatizando a dimensão política da integração regional. Para essa teoria, uma vez iniciada a cooperação em áreas específicas, desencadeia-se o chamado efeito de transbordamento (*spillover*), um processo em que os ganhos obtidos em um setor geram novas demandas e pressões para expandir a integração para áreas correlatas (Haas, 1964). Em termos práticos, cada avanço na integração cria demandas adicionais, exigindo uma coordenação supranacional crescente. Foi o que ocorreu na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial: a integração de setores como carvão e aço demandou posteriormente a harmonização de regras de circulação de outros bens, o que, por sua vez, incentivou a criação de instituições comuns e, mais adiante, mecanismos jurídicos compartilhados.

Nesse contexto, os governos nacionais passam a enfrentar um dilema recorrente: ou aceitam ceder parcelas adicionais de autonomia a instituições regionais, preservando os ganhos já alcançados, ou optam por resistir, arriscando interromper ou reverter o processo integrativo (Sarfati, 2005). Com efeito, o *spillover* não é entendido como um caminho inevitável à integração completa, mas como um processo contingente e probabilístico, sujeito a avanços e retrocessos (Calegari, 2009). Por essa razão, os neofuncionalistas concentram suas análises não em uma fase final desejada da integração, mas no desenvolvimento progressivo do processo, observando como instituições, elites tecnocráticas e grupos de interesse moldam seu ritmo e sua direção.

Em contraposição, o intergovernamentalismo sustenta que os Estados permanecem como os principais decisores do processo de integração, onde áreas sensíveis, como política externa, economia e segurança, continuam sob controle nacional. Assim, na abordagem realista de Hoffmann (1966), a integração é vista inicialmente como uma parceria indesejável, pois implica a cessão de soberania a entidades supranacionais; só se justificando quando contribui para a sobrevivência do Estado. O enfoque liberal de Moravcsik (1994), por sua vez, alega que integração decorre de barganhas intergovernamentais realizadas em arenas nas quais os Estados negociam acordos mutuamente benéficos. Ou seja, nessa concepção, são realizados cálculos estratégicos pelos governos conforme seus interesses nacionais.

O intergovernamentalismo, por conseguinte, atribui os Estados-nação como promotores do processo de integração, o qual só avança quando é compatível com os seus interesses estratégicos domésticos. Nesse contexto, Malamud (2005, *apud* Mesquita, 2019) propôs o “interpresidencialismo”, uma modulação de intergovernamentalismo que explica o surgimento de iniciativas como o Mercosul, já que, segundo o autor, a vontade política dos presidentes dos países-membros foi a principal força motriz da criação do bloco.

No caso do Mercosul, este foi propiciado devido a uma gradual convergência de interesses entre Brasil e Argentina no final dos anos 1980, que posteriormente incorporou Paraguai e Uruguai. As figuras de José Sarney e Raúl Alfonsín, presidentes brasileiro e argentino, tiveram papel determinante ao conduzir pessoalmente a agenda de aproximação bilateral, priorizando superar o contexto de crise econômica, controle inflacionário e reconstrução institucional após longos períodos de regimes autoritários. Além disso, a aproximação permitiu reduzir a rivalidade histórica entre as duas principais potências da América do Sul, criando um ambiente de confiança política e cooperação estratégica, sobretudo nos setores comercial, tecnológico e energético (Gobbo, 2001).

No que tange ao institucionalismo, a teoria analisa como as instituições internacionais influenciam o comportamento dos Estados, partindo do pressuposto de que os atores compartilham ao menos alguns interesses comuns e buscam ganhos por meio da cooperação (Mariano; Mariano, 2002). Nesse viés, a integração ocorre quando há construção de interesses comuns e quando a evolução das instituições reflete mudanças que os Estados determinam. Em outras palavras, o papel das instituições é importante e podem alterar os resultados políticos, mas não substituem a centralidade dos governos nacionais no processo decisório (Prado, 2013).

O foco do institucionalismo, portanto, está no desenho institucional deliberado, nos efeitos práticos dos acordos e na operação diária das instituições, que passam a refletir as preferências racionais dos governos. Nessa lógica, a integração é entendida como resultado da interação intencional entre Estados e instituições.

Diante do exposto, observa-se que as diferentes teorias oferecem interpretações distintas sobre os fatores que impulsionam a cooperação entre países. Algumas correntes sustentam que os Estados soberanos detêm maior primazia para agir no sistema internacional, o que limita o escopo de ação de outros atores no âmbito dos processos de integração. Em contraste, outras abordagens admitem uma maior pluralidade de atores internacionais e reconhecem que outros entes podem exercer protagonismo nas relações externas, especialmente quando se busca aprofundar oportunidades econômicas e institucionais derivadas da integração regional.

Em síntese, as quatro teorias divergem quanto ao ator central (instituições, elites e Estados), ao grau de supranacionalidade e às motivações que orientam a cooperação. No caso do Mercosul, observa-se uma lógica predominantemente intergovernamental, caracterizada por baixa autoridade supranacional, forte centralidade dos governos nacionais e prevalência de objetivos domésticos na definição da agenda integracionista — como a busca por maior competitividade global e o fortalecimento de interesses econômicos internos.

Ademais, conforme aponta Prado (2013), mesmo em esquemas em que os Estados nacionais concentram o processo decisório, os governos subnacionais têm buscado ampliar sua participação, seja por meio de mecanismos informais — como articulação com setores governamentais e empresariais que influenciam as negociações — seja por meio de canais formais de representação em instâncias regionais. Ao se inserirem nesses espaços, estados e províncias procuram defender demandas locais, atrair investimentos e fortalecer suas capacidades produtivas, contribuindo para tornar a integração mais sensível às realidades territoriais.

2.2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Após a exposição das principais teorias de integração regional, faz-se necessário apresentar um breve retrospecto histórico da evolução desses processos, bem como destacar a predominância de motivações econômicas e comerciais no contexto de iniciativas desse cunho.

Os primeiros exemplos do fenômeno da integração econômica são comumente atribuídos à experiência ocorrida no pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo no âmbito da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com seu propósito de reconstrução e cooperação econômica. No entanto, conforme observado por Haberler (1965), os objetivos buscados nesse período não representaram fenômenos necessariamente inéditos na história.

Ele identifica dois grandes movimentos precursores de integração econômica regional. O primeiro correspondeu à formação das economias nacionais, quando diferentes regiões e reinos foram unificados em mercados internos coesos, como ocorreu na Inglaterra do século XVIII, nos Estados Unidos após a Constituição de 1787 e na França após a Revolução de 1789 (Haberler, 1965). O segundo, manifestou-se na era do livre-comércio, em meados do século XIX, a partir da revogação das Leis do Trigo (*Corn Laws*) em 1846 e do Tratado Cobden–Chevalier em 1860, os quais promoveram a redução das tarifas alfandegárias e impulsionaram a liberalização comercial entre os países europeus, inaugurando um período de expansão do comércio internacional que durou até o início do século XX (Haberler, 1965).

O período de 1914 a 1945, contudo, foi uma fase de declínio dessa integração. A Primeira Guerra Mundial ocasionou o aumento dos custos de transporte internacionais e elevou as tarifas comerciais; e mesmo após o término do conflito, ambos permaneceram elevados, o que dificultou a retomada do comércio internacional (Estevadeordal; Frantz; Taylor, 2002). Em conjunto, o colapso do padrão-ouro comprometeu o sistema de pagamentos internacionais, enquanto a Grande Depressão de 1930 intensificou a adoção de barreiras protecionistas, as restrições cambiais e a queda na produção, aumentando a incerteza econômica e desestimulando os fluxos de capital e de comércio (Estevadeordal; Frantz; Taylor, 2002). Essa desintegração atingiu seu ápice durante a Segunda Guerra Mundial, marcada por interrupções generalizadas nas cadeias produtivas, bloqueios comerciais, destruição de infraestrutura e intensa instabilidade política e econômica.

Paralelamente, tal período criou as condições para o surgimento de um novo ciclo de integração, baseado na necessidade de reconstrução dos países afetados pelas guerras, na liberalização gradual do comércio e na criação de instituições voltadas à cooperação multilateral. Nesse sentido, Haberler (1965) define um terceiro grande movimento de integração econômica, caracterizado pelo crescimento rápido da produção mundial, pela liberalização das políticas comerciais e pelo aumento dos fluxos de comércio internacional. Este, ocorreu inicialmente na Europa, porém suas dinâmicas rapidamente se difundiram para outras regiões, influenciando a formulação de políticas econômicas e os arranjos de integração ao redor do mundo.

2.2.1. Integração Econômica no Cenário Internacional

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, criada em 1951 com o Tratado de Paris, representou o principal exemplo concreto desse novo ciclo de integração. Reunindo França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, sua finalidade precípua era integrar os setores estratégicos do carvão e do aço (essenciais para a indústria e a defesa), promovendo a eliminação de barreiras comerciais e estabelecendo mecanismos de gestão supranacional. Além do caráter econômico, a CECA também possuía forte dimensão política, buscando consolidar a paz e a cooperação entre países historicamente conflituosos.

Essa iniciativa serviu como base para a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), estabelecida pelos mesmos seis países em 1957 através do Tratado de Roma, que ampliou o escopo da integração para além dos setores industriais específicos, visando a formação de um mercado comum europeu. A CEE buscava assegurar a livre circulação de bens,

serviços, capitais e pessoas entre os Estados-membros, além de promover políticas comuns em áreas como agricultura, comércio e transportes.

Essa ampliação marcou a transição de uma integração setorial para uma integração econômica ainda mais profunda, criando as bases institucionais e normativas que, nas décadas seguintes, evoluíram para a constituição da União Europeia (UE), com a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992.

A nova etapa reuniu doze países — Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido — e consolidou uma dimensão política voltada à construção de uma identidade europeia e ao fortalecimento de mecanismos de governança compartilhada. Além disso, promoveu o avanço rumo a uma união econômica e monetária, materializada pela adoção do euro entre os países da Zona do Euro. O sucesso da integração foi expressivo e, atualmente, o bloco expandiu o número de Estados-membros para 27, dos quais 20 adotam uma mesma moeda.

Como dito, esse movimento não se restringiu ao continente europeu. Ao mesmo tempo em que a Europa buscava integrar-se economicamente, outros movimentos em diferentes localidades também procuraram estabelecer formas de cooperação regional e fortalecimento econômico, ainda que em ritmos e profundidades diversas.

Na Ásia, tais iniciativas começaram a ganhar força especialmente no Sudeste Asiático. A criação da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em 1967, reuniu inicialmente cinco países (Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia), com o objetivo de promover a cooperação econômica, política e cultural, além de garantir estabilidade regional frente a tensões geopolíticas. O bloco, ao longo do tempo, ampliou as trocas comerciais entre os seus membros e em 1992 instituiu uma área de livre comércio, de modo a gerar mais integração e competitividade na região. Hoje, conta com onze Estados-membros.

Na África, o processo de integração avançou de forma gradativa, frequentemente enfrentando obstáculos estruturais, políticos e econômicos decorrentes do legado colonial e das assimetrias entre os países do continente. As primeiras iniciativas tiveram forte influência pan-africanista e priorizaram a cooperação política, como demonstram a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, com o objetivo de promover a unidade, a descolonização e o desenvolvimento dos países africanos, bem como os esforços para estruturar zonas de comércio intrarregional, como a criação da Comunidade Econômica Africana (CEA) em 1963 e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975.

Mais recentemente, o continente tem avançado em uma iniciativa de maior escala: a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), criada em 2018 e intermediada pela

União Africana (UA) — sucessora da OUA. A AfCFTA visa integrar economicamente os mais de 50 países africanos, estabelecendo o maior mercado único do mundo em termos de número de participantes, com elevado potencial de crescimento econômico e integração produtiva (Maliszewska *et al*, 2020).

Na América do Norte, a integração só ocorreu posteriormente, assumindo um caráter mais pragmático e consubstanciado no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), implementado em 1994 entre Estados Unidos, Canadá e México. O bloco tinha como objetivo principal a redução tarifária, visando aumentar os fluxos de comércio e investimento entre os três países. Em 2020, ele foi modernizado e substituído pelo Acordo Estados Unidos–México–Canadá (USMCA), que trouxe atualizações importantes em termos de propriedade intelectual, regulamentação ambiental e direitos trabalhistas.

Já na América Latina (, tema da próxima seção, os esforços intensificaram-se a partir da segunda metade do século XX, influenciados pela onda de integração no âmbito da CEE e num contexto de busca por maior autonomia econômica e superação da dependência estrutural.

2.2.2. Integração Econômica na América Latina

Inspirados no pensamento desenvolvimentista difundido pela CEPAL, os países da América do Sul e Central passaram a reconhecer que sua inserção como economias periféricas no comércio internacional — baseadas na exportação de produtos de baixo valor agregado — limitava o crescimento econômico e aprofundava as assimetrias internas e externas (Prebisch, 1962). A integração regional, então, passou a ser concebida como instrumento para ampliar mercados internos, diversificar estruturas produtivas, fortalecer o poder de barganha frente às grandes potências e promover a industrialização por meio da cooperação e do comércio intrarregional (Lima; Coutinho, 2005). Ademais, esse processo também era visto como um passo fundamental para efetivação da política de substituição de importações, essencial para o desenvolvimento das economias da região segundo a concepção cepalina.

Nesse contexto, a primeira grande iniciativa de integração econômica ocorreu em 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) através da assinatura do Tratado de Montevideu. O objetivo era formar uma ampla área de livre comércio na América Latina e, futuramente, constituir um mercado comum. Argentina, Brasil, Chile, México, Peru, Uruguai e Paraguai foram os primeiros países a participarem do bloco. Aderiram depois Colômbia e Equador (1961), Venezuela (1966) e Bolívia (1967).

De acordo com Barbosa (1991), a ALALC buscava promover a ampliação dos mercados nacionais e fomentar o comércio intrarregional mediante a eliminação gradual de instrumentos protecionistas. Para isso, adotou-se um modelo de liberalização negociado de forma multilateral, baseado na concessão de reduções tarifárias e na supressão progressiva de outras restrições ao comércio, definidas produto a produto (Barbosa, 1991). Tal desenho institucional refletia a expectativa de que o aumento da escala de produção e a integração das estruturas industriais contribuiriam para superar a condição de dependência externa e impulsionar o desenvolvimento econômico latino-americano.

A ALALC, contudo, enfrentou diversas dificuldades para operacionalizar seu projeto integracionista. A heterogeneidade econômica e política dos países-membros, a ausência de mecanismos compensatórios e a prevalência de políticas nacionais de industrialização voltadas ao mercado interno limitaram a liberalização comercial e ampliaram as assimetrias entre as economias da região (Vieira, 2015). Além disso, o modelo decisório baseado no consenso e a baixa coordenação de políticas industriais e comerciais reduziram a efetividade do bloco, resultando em avanços lentos e concentrados nos países mais desenvolvidos, o que comprometeu o objetivo de formação de um mercado comum (Kaplan, 1968).

Diante dessas limitações, os países buscaram reestruturar o processo de integração econômica, de modo a torná-lo mais flexível e adaptável às diferentes realidades nacionais. Assim, em 1980, a assinatura de um novo Tratado de Montevideu pelos mesmos onze países instituiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), sucedendo formalmente a ALALC e inaugurando uma etapa marcada pela diversificação dos instrumentos de cooperação regional.

A ALADI estruturou-se a partir da formação de uma área de preferências econômicas, concebida como etapa intermediária rumo a níveis mais avançados de integração, visando promover e regular o comércio recíproco entre os países latino-americanos, bem como incentivar a cooperação econômica para o desenvolvimento regional (Barbosa, 1991).

Nesse novo arranjo, suas atribuições passaram a envolver a expansão do comércio intrarregional, o estímulo à complementação produtiva e a adoção de instrumentos mais flexíveis — fundamentados em acordos bilaterais e negociações diferenciadas — que possibilitaram a construção gradual de uma área de preferências tarifárias sem delimitação temporal, em tese, permitindo maior adaptabilidade às assimetrias estruturais da região.

Ressalta-se que a ALADI foi concebida em meio à grave crise econômica que marcou a América Latina na década de 1980, amplamente conhecida como “década perdida”. Esse período caracterizou-se pelo expressivo endividamento externo, pela queda das exportações da

região no mercado internacional, pela deterioração dos termos de troca e pela saída líquida de capitais em direção às economias centrais, fenômenos que agravaram os conflitos sociais já presentes nos países latino-americanos (Vieira, 2015). Tal conjuntura reduziu drasticamente a capacidade de ação dos governos, impondo restrições às importações, políticas de austeridade fiscal, limitações ao investimento e frequentes ajustes cambiais, o que dificultou ainda mais as possibilidades de crescimento e integração econômica.

Como destacado por Vieira (2015, p. 46) “o Tratado de Montevideu de 1980 é considerado como passo atrás nos propósitos de integração, devido ao alto grau de generalidade de seus mecanismos e à ênfase nas negociações bilaterais”. Ao priorizar instrumentos flexíveis e acordos negociados caso a caso, a ALADI reduziu as metas coletivas e o horizonte de integração plena, substituindo o objetivo anteriormente pactuado de construção de uma zona de livre-comércio por um processo mais lento e fragmentado de liberalização comercial.

Desse modo, embora essa abordagem buscasse acomodar as assimetrias estruturais e as diferentes capacidades produtivas dos países-membros, a consequência prática foi a descentralização do esforço integracionista, diminuindo a previsibilidade e a coerência do projeto regional.

Apesar disso, a ALADI obteve alguns resultados relevantes: a criação de um ambiente mais favorável à consolidação de governos democráticos e a ampliação dos mercados latino-americanos, através do estímulo a acordos bilaterais (Barbosa, 1991).

Com efeito, a partir dos anos 1990, no contexto de fim da Guerra Fria e adoção de reformas neoliberais, a América Latina ingressou em uma nova fase, buscando combinar o fenômeno da globalização da economia internacional à tendência à regionalização do comércio e à abertura das economias nacionais (Gobbo, 2001). Somado a isso, os agora redemocratizados Brasil e Argentina, na condição de países em desenvolvimento, viam essas transformações como desafios a serem vencidos, o que os conduziu a uma histórica aproximação (Gobbo, 2001).

Essa retomada, após vários anos de regimes militares, desencadeou uma estratégia conjunta visando a consolidação uma melhor inserção no sistema internacional emergente (Oliveira, 2003). Isso porque a formação de um bloco econômico conferiria não só uma maior envergadura econômica à entidade, mas também uma importante soma de poder de barganha (Vaz, 1998).

Um marco decisivo desse processo foi o encontro entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em 1985, na cidade de Foz do Iguaçu. Dessa reunião resultou a Declaração de Iguaçu, documento que redefiniu a orientação política do Cone Sul e estabeleceu diretrizes para

a cooperação bilateral em bases duradouras (Seitenfus, 1997). Seu objetivo central consistia em fortalecer o poder de barganha de ambos os países no cenário internacional, ao mesmo tempo em que se buscava revitalizar iniciativas de integração voltadas ao desenvolvimento regional (Prado, 2013).

A evolução do entendimento bilateral avançou rapidamente e em 1986, foi firmada a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Esse instrumento inaugurou uma série de protocolos setoriais para a redução de barreiras comerciais e a coordenação de políticas em áreas como energia, transporte e indústria. Dois anos depois, a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento — conhecido como Tratado de Buenos Aires — estabeleceu a meta de implementação de uma zona de livre comércio no prazo de até dez anos, aprofundando ainda mais o processo de liberalização comercial entre os dois países (Gobbo, 2001).

A intensificação das reformas econômicas no início dos anos 1990 levou a uma aceleração das metas integracionistas. Em 1990, a Ata de Buenos Aires revisou os prazos e ampliou as ambições do projeto, substituindo o objetivo de uma zona de livre comércio pela criação de um mercado comum em apenas quatro anos. Essa mudança de perspectiva estimulou o interesse de outros países do Cone Sul, especialmente Paraguai e Uruguai, que passaram a participar das negociações rumo a uma integração regional mais abrangente.

O processo culminou, em 1991, na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e formalizado com a assinatura do Tratado de Assunção. Em termos de comércio e de PIB, o bloco conjugou algumas das principais economias da América Latina e emergiu como o terceiro maior bloco econômico do mundo, atrás apenas da União Europeia e do NAFTA. Sua formação representou um marco na integração latino-americana, especialmente por retomar a antiga aspiração de construir um bloco regional articulado e competitivo.

O objetivo inicial era o estabelecimento de um mercado comum baseado na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o que implicaria o estabelecimento de uma tarifa externa comum, a coordenação de políticas macroeconômicas entre os Estados-membros, dentre outras medidas de cooperação. No entanto, o bloco foi estruturado como uma união aduaneira imperfeita, uma vez que a eliminação das barreiras comerciais, a implementação da TEC e a livre circulação de fatores produtivos não se concretizaram de forma plena.

Quanto à estrutura institucional do Mercosul, ela foi concebida sob uma lógica essencialmente intergovernamental, sem instituições supranacionais com poder decisório independente — refletindo a ênfase na soberania nacional defendida pelos países fundadores.

Conforme o Protocolo de Ouro Preto (1994), há três órgãos com capacidade decisória no bloco (formados por Ministros e membros designados pelos Governos): o Conselho do Mercado Comum (CMC), responsável pela condução política e pela tomada de decisões visando o processo de integração; o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo e responsável por implementar as decisões do CMC; e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), incumbida de aplicar os instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes. Outros órgãos são o Parlamento do Mercosul (PARLASUL), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), a Secretaria do Mercosul (SM) e o Tribunal Permanente de Revisão (TPR).

Por fim, destaca-se que, além do Mercosul, outros blocos econômicos contribuíram para a estruturação da integração latino-americana. A Comunidade Andina (CAN), criada em 1969 e composta por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), instituído em 1991 como evolução da ODECA e formado por Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e Belize. A Comunidade do Caribe (CARICOM), de 1973, com 15 países-membros e 5 associados da região caribenha. Dentre outros.

2.3. GRAUS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Como visto, a integração econômica regional é um processo complexo, perpassando diversas questões teóricas e históricas que influenciam seu desenvolvimento. Nesse ínterim, o processo pode assumir distintos níveis de profundidade, variando desde acordos comerciais mais flexíveis até formas avançadas de união política entre países.

De modo geral, a literatura especializada identifica quatro graus principais de integração, os quais refletem o grau de abertura dos mercados, harmonização regulatória e compartilhamento de soberania. Esses estágios não precisam ocorrer de forma linear ou completa, mas fornecem um referencial analítico para compreender o desenvolvimento dos blocos econômicos.

São eles, segundo Balassa (1961):

(1) Área de Livre Comércio: É o nível mais básico de integração. Estabelece uma tarifa preferencial — em muitos casos, tarifa zero — entre dois ou mais países. Estes, no entanto, detém autonomia para manter tarifas e quotas nacionais próprias contra países fora da região. Como exemplo, pode-se citar a ASEAN e o USMCA.

(2) União Aduaneira: Além da eliminação de tarifas, bem como de barreiras internas, os membros adotam uma Tarifa Externa Comum (TEC) — ou seja, uma mesma tarifa de

importação para produtos provenientes de países fora do bloco — alinhando sua política comercial em relação a países externos. Esse nível exige maior coordenação e instituições mais fortes. Exemplos incluem o Mercosul e o CARICOM.

(3) Mercado Comum: Caracteriza-se por ser uma união aduaneira acrescida da livre circulação de fatores produtivos (bens, serviços, capitais e pessoas). Isto é, em um mercado comum todos os 4 fatores produtivos de um país são tratados como equivalentes aos nacionais quando adentram as fronteiras de outro membro do bloco. Por exemplo, as pessoas podem se deslocar de um país para outro (dentro do bloco) sem quaisquer restrições ou penalizações. Como exemplo, tem-se a União Europeia antes da adoção do euro.

(4) União Econômica e Monetária: É o estágio mais avançado da integração econômica. Caracteriza-se por um mercado comum com uma moeda única, onde todos os países-membros, além das 4 liberdades, possuem uma política monetária uniforme. O único exemplo existente é a Zona do Euro da União Europeia.

Em síntese, compreender os diferentes graus de integração permite avaliar de forma mais precisa o estágio em que se encontra cada bloco regional, suas perspectivas e os desafios para seu avanço. No caso do Mercosul, pode-se analisar os progressos e limitações do bloco, bem como as possibilidades de aprofundamento ao longo do tempo.

3. FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MERCOSUL

A criação do Mercado Comum do Sul, em 1991, representou um dos mais ambiciosos projetos de integração regional da América Latina e do mundo. Nesse sentido, este capítulo analisa o processo de formação e consolidação do bloco, avaliando os objetivos e desafios, bem como sua evolução e desempenho.

3.1. OBJETIVOS E DESAFIOS

Concebido inicialmente como uma união aduaneira — com a perspectiva de evoluir, gradualmente, para um mercado comum — o Mercosul emergiu de uma convergência de interesses econômicos e político-estratégicos que aproximaram especialmente Brasil e Argentina no final da década de 1980. Essa aproximação não apenas reduziu rivalidades históricas, mas também forneceu o impulso inicial necessário para viabilizar um projeto integracionista que buscava ampliar o comércio, fortalecer a competitividade regional e consolidar um espaço de cooperação política no Cone Sul.

Assim, em seus anos iniciais, o bloco vivenciou uma fase de expansão comercial e entusiasmo político, caracterizada pelo crescimento expressivo das trocas intrarregionais e pelo processo de ampliação de sua rede de Estados Associados, como o Chile e a Bolívia em 1996.

Os Estados Associados são membros da ALADI com os quais o Mercosul estabelece acordos de livre comércio e que são autorizados a participar nas reuniões de órgãos do bloco que tratem de temas de interesse comum. Essa é a situação atual do Chile e de outros países que se associaram posteriormente: Peru (2003), Colômbia e Equador (2004), Suriname e Guiana (2013) e Panamá (2024).

A Bolívia tornou-se Estado Parte em 2024. E a Venezuela no ano de 2012; porém foi suspensa enquanto membro em 2016 por descumprimento das cláusulas do Protocolo de Ushuaia (1998), que estabelece a democracia como condição para a participação no bloco.

Mais recentemente, o Mercosul tem buscado incrementar sua agenda externa, negociando acordos comerciais com outros blocos e países, porém sem sucesso notável. Um exemplo relevante é o Acordo de Parceria Mercosul–União Europeia, cujas negociações iniciaram-se em 1999, mas ainda não entraram em vigor. A demora decorre de impasses relacionados a questões ambientais, à proteção da indústria europeia diante de setores competitivos do Mercosul — como o agrícola —, ao desenvolvimento industrial, à geração de emprego e às assimetrias regulatórias entre os blocos (Berringer; Granato, 2024).

No âmbito interno de seu projeto integracionista, o Mercosul dispôs os seguintes propósitos, princípios e instrumentos no art. 1º do Tratado de Assunção:

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (Almeida, 1992, p. 6).

Com base nessa previsão, presumia-se que, com o passar dos anos, o Mercosul cumpriria todas as exigências necessárias para ser classificado como um mercado comum. Entretanto, mesmo após mais de trinta anos, o bloco ainda enfrenta obstáculos para se integrar da forma como havia sido idealizado.

Uma grande dificuldade nesse processo reside no fato de que nunca foi instituído um mecanismo efetivo de coordenação das políticas macroeconômicas entre os Estados Partes (Cardoso; Burle, 2018), o que impede a harmonização de variáveis fiscais, monetárias e cambiais, comprometendo a coerência e a estabilidade do bloco em sua dimensão econômica.

A livre circulação de bens também não foi completamente implementada, com a prevalência de barreiras não tarifárias, necessidade de licenças de importação, exigências sanitárias e entraves alfandegários (Lauria, 2023). Além disso, verifica-se uma dificuldade em se estabelecer a unificação de taxas, com diversas exceções à TEC que limitam a fluidez do comércio intrabloco.

À guisa de exemplo, cada um dos países-membros possui dois regimes de exceção ao pagamento da tarifa externa comum: o Ex-tarifário e a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC) (Fernandes, 2021). O primeiro prevê a redução temporária das alíquotas de importação incidentes sobre bens de capital, de informática e de telecomunicação que não

possuam produção nacional equivalente. O segundo, autoriza os países a manterem, de forma quase discricionária, alíquotas de importação distintas às da TEC, ressalvados os limites quantitativos e temporais estabelecidos pelo CMC. Atualmente, o limite da LETEC é de 150 linhas tarifárias para a Argentina, 150 para o Brasil, 699 para o Paraguai e 275 para o Uruguai (Costa e Ferreira, 2025).

No caso da Bolívia, ainda não há definição específica, uma vez que o país encontra-se em processo de adesão plena ao Mercosul e dispõe de um período de transição para harmonizar sua política tarifária com a TEC e os demais instrumentos normativos. Por essa razão, ao serem apresentadas análises a respeito do bloco nas próximas seções e subseções — ainda que relativas a períodos posteriores à entrada da Bolívia no Mercosul — serão consideradas apenas as relações comerciais entre os quatro membros fundadores.

No contexto dessas relações, é importante destacar que o comércio bilateral entre Brasil e Argentina permanece como o principal eixo econômico do Mercosul, sendo, em grande medida, o fator que sustenta sua existência (Zilli; Neto; Vieira, 2016). Essa centralidade decorre não apenas do peso econômico relativo das duas maiores economias da América do Sul, mas também da forte interdependência produtiva construída ao longo das últimas décadas, especialmente nos setores automotivo e de bens industriais. Como consequência, oscilações na política econômica ou no desempenho comercial de qualquer um desses países tendem a repercutir diretamente na estabilidade e na capacidade de coordenação intrabloco, reforçando a persistente vulnerabilidade estrutural do processo de integração.

Ademais, as bases do Mercosul foram estruturadas sob forte influência do paradigma neoliberal vigente à época de sua criação, priorizando a vontade política dos países — expressa na abertura comercial e na inserção internacional — em detrimento de uma ambição de se realizar uma real integração econômica (Zilli; Neto; Vieira, 2016). Desse modo, as assimetrias econômicas e estruturais dos membros pouco foram sanadas durante os anos de integração, e o Mercosul permanece dependente da corrente comercial entre Brasil e Argentina, bem como refém da conjuntura política doméstica e da capacidade de ambos em coordenar suas agendas nacionais.

Nesse ínterim, observa-se que mesmo após mais de três décadas de existência e com a ampliação no número de participantes, o Mercosul ainda não conseguiu estabelecer acordos comerciais significativos com grandes economias globais (como os Estados Unidos, a China ou a União Europeia), não foi capaz de alcançar grau mais elevado de integração entre seus membros e nem superar a dependência da relação Brasil-Argentina. Portanto, ainda encontra-se em um processo de construção institucional e de fortalecimento de sua inserção internacional.

3.2. EVOLUÇÃO E DESEMPENHO

No que tange à consolidação do bloco, o Mercosul passou por diferentes ciclos de avanços, estagnações e reorientações políticas ao longo dos anos. Alternaram-se fases de maior entusiasmo, sobretudo quando prevaleceu a convergência política entre os Estados-membros, bem como períodos de maior ceticismo, resultantes de crises econômicas internas, mudanças de governo e dificuldades de coordenação institucional. Desse modo, as interpretações sobre seu desempenho variam amplamente.

Segundo Saraiva (2013, *apud* Mallmann; Marques, 2013), classificar o Mercosul como um caso de “sucesso” ou de “fracasso” depende dos critérios adotados. Se considerados os objetivos político-estratégicos que aproximaram Brasil e Argentina e que contribuíram para a superação de rivalidades históricas — os quais, em um primeiro momento, incentivaram sua criação —, o bloco representa uma iniciativa bem-sucedida. Por outro lado, sob a ótica estritamente econômica — especialmente à luz das metas previstas no Tratado de Assunção, como a consolidação de um mercado comum — o bloco apresenta resultados aquém do esperado, com recorrentes assimetrias e dificuldades de aprofundamento institucional.

Essas distintas interpretações demonstram que a integração regional deve ser vista como um processo de longo prazo, sujeito a transformações internas e externas, tais como mudanças na política externa dos membros, instabilidades macroeconômicas e oscilações na conjuntura internacional. Logo, compreender o desempenho do Mercosul requer analisar as diferentes fases de sua evolução e os fatores que condicionaram seus avanços e retrocessos ao longo do tempo.

Nesse sentido, Mariano e Menezes (2021) identificam três fases centrais na evolução do Mercosul: a fase de implantação e consolidação inicial, entre 1991 e 2002; a fase do regionalismo pós-hegemônico (ou pós-liberal), entre 2003 e 2015, com ênfase a temas não apenas comerciais, mas também políticos e sociais; e a fase atual, iniciada em 2016 e ainda vigente, caracterizada por um movimento de revisão das diretrizes adotadas no período anterior, com tentativas de reorientação do bloco e redefinição de prioridades.

3.2.1. Primeira Fase (1991-2002)

A primeira fase, descrita por Bouzas (2001) como a “época de ouro para os mercados”, foi marcada por um conjunto de políticas nacionais convergentes e um ambiente externo favorável, os quais, inicialmente, impulsionaram a integração regional, com destaque para as

trocas comerciais. Na literatura, esse período é frequentemente associado ao chamado “regionalismo aberto”, entendido como a combinação entre abertura econômica em escala global e esforços para elevar a competitividade e a eficiência econômica no âmbito regional (Feijó; Corrêa, 2019).

De acordo com Pamplona e Fonseca (2008), entre 1991 e 1994, o comércio intrabloco cresceu substancialmente, com uma média de mais de 30% ao ano — ritmo muito acima dos cerca de 10% extrabloco —, gerando um aumento significativo na interdependência comercial entre os membros do Mercosul. Nos anos posteriores, 1995 a 1998, o comércio continuou se intensificando; contudo, houve poucos avanços em relação a barreiras não tarifárias e políticas comerciais, tal como a implementação da TEC (Pamplona e Fonseca, 2008).

Constatou-se, entretanto, que a crescente interdependência comercial poderia apresentar riscos às economias nacionais num contexto de baixo aprofundamento da integração regional, principalmente quando os países adotassem políticas unilaterais.

Como exemplo significativo, a desvalorização cambial promovida pelo Brasil em 1999 visando superar o crescimento dos déficits comerciais e o enfraquecimento da indústria nacional afetou fortemente a economia argentina, gerando uma crise diplomática no Mercosul (Saraiva, 2010). Inclusive, os fluxos comerciais até então crescentes declinaram entre os anos 2000 e 2002, voltando a aumentar somente a partir de 2003.

Tal situação demonstrou que a ausência de maior coordenação macroeconômica entre os membros poderia intensificar problemas estruturais, ampliar as assimetrias internas e dificultar respostas coletivas a desequilíbrios conjunturais. Era necessário, portanto, consolidar ainda mais o processo de integração e incorporar novas questões na agenda de negociações em conformidade aos contextos e pressões vigentes (Mariano; Menezes, 2021).

3.2.2. Segunda Fase (2003-2015)

Com efeito, a ascensão de novos governos populares e progressistas na América do Sul no início dos anos 2000 — iniciada com Chávez (1999), seguida de Lula (2003) e Kirchner (2003) — marcou uma mudança nos rumos da integração na região, que passou a ser pautada sob uma perspectiva multidimensional e não só comercial (Granato, 2021). O entendimento desses governos era de que só o livre-comércio não seria capaz de promover desenvolvimento, reduzir assimetrias e consolidar capacidades produtivas regionais (Briceño-Ruiz, 2021). Emergia então, “o novo Mercosul”, caracterizado por um processo de complementação da dimensão comercial com políticas nas áreas social e produtiva (Briceño-Ruiz, 2021).

A mudança também refletia o ambiente internacional. Conforme argumentam Riggirozzi e Tussie (2012), tratava-se de um período pós-hegemônico, marcado pelo declínio da capacidade de influência imediata dos Estados Unidos na América do Sul, abrindo espaço para que a região buscasse reaver seu projeto de desenvolvimento em bases próprias. Isto é, ampliando o escopo de atuação do bloco.

Essa ampliação, conforme destacado por Granato (2021), se expressou na criação de novos órgãos consultivos, como o Parlamento do Mercosul (2005), o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (2009), a Alta Representação-Geral do Mercosul (2010) e a Unidade de Apoio à Participação Social (2010). Além deles, a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2004, voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura e redução de assimetrias; o desenvolvimento de políticas sociais, como o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes, o impulso para o estabelecimento do Estatuto da Cidadania do Mercosul e a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social; além do lançamento de programas voltados à integração produtiva, com ênfase em pequenas e médias empresas (Granato, 2021).

Apesar da agenda do bloco ter passado a abarcar novas dimensões, também foram registrados avanços comerciais importantes. Em 2004, ocorreu a eliminação da até então existente dupla cobrança da TEC, junto à adoção de um Código Aduaneiro Comum, medidas que contribuíram para reduzir custos, harmonizar procedimentos e, em algum grau, aprofundar a integração comercial entre os Estados Partes.

Além disso, conforme dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul (2025), entre 2003 e 2011, as exportações intrabloco registraram crescimento contínuo, passando de aproximadamente US\$ 14 bilhões para US\$ 54 bilhões, com recuo apenas em 2009. Nos anos seguintes, porém, observou-se uma trajetória de queda, com as exportações intrabloco reduzindo-se gradualmente até atingir cerca de US\$ 35 bilhões em 2015 (SECEM, 2025).

A tentativa de ampliação da agenda do bloco, no entanto, não foi suficiente para superar as limitações estruturais que impediam uma consolidação ainda mais profunda da integração. Em primeiro lugar, a despeito da criação de novos órgãos e instrumentos, a arquitetura institucional permaneceu essencialmente intergovernamental, sem atribuir autonomia real às instâncias regionais ou reduzir a dependência do consenso entre os governos nacionais (Mariano; Menezes, 2021). Ou seja, embora a agenda tivesse se tornado mais densa e diversificada, sua implementação seguia condicionada à vontade política dos presidentes e, consequentemente, suscetível às mudanças de orientação dos ciclos eleitorais domésticos.

Em segundo lugar, muitos dos projetos criados nessa fase, embora inovadores, avançaram de forma fragmentada ou permaneceram restritos ao plano declaratório, sem transformar de modo duradouro a estrutura produtiva e social da região (Mariano; Menezes, 2021). Assim, ainda que o Mercosul tenha buscado enfrentar assimetrias e estimular a integração produtiva, sua eficácia permaneceu limitada devido à falta de instrumentos capazes de garantir continuidade, coerência e execução de médio e longo prazo.

Em adição, o comércio intrabloco, apesar de crescente, estava avançando com menos intensidade, o que, somado ao fim da onda de governos progressistas — com a eleição de Mauricio Macri na Argentina, em 2015 e com o *impeachment* de Dilma Rousseff e sua substituição por Michel Temer no Brasil, em 2016 — acelerou o encerramento do chamado “novo Mercosul” (Briceño-Ruiz, 2021). Inaugurou-se, assim, uma guinada política e estratégica que recolocou o bloco sob a lógica de um regionalismo predominantemente comercial, no qual o Mercosul deveria voltar a ser um instrumento de inserção internacional dos Estados-membros no comércio global (Briceño-Ruiz, 2021). Essa retomada contribuiu para desarticular o consenso ideológico que havia sustentado a agenda ampliada do período pós-hegemônico, proporcionando a transição para uma nova etapa do processo integracionista.

3.2.3. Terceira Fase (2016-presente)

O período que se inicia em 2016 é marcado por uma conjuntura particularmente adversa para a construção de um novo consenso no âmbito do Mercosul (Mariano; Menezes, 2021). Como observa Granato (2021), a guinada conservadora na região produziu um ambiente político no qual o bloco passou a trilhar um caminho de precarização e fragilização institucional, revertendo boa parte das iniciativas ampliadas do ciclo pós-hegemônico.

Assim, assiste-se à retomada de uma lógica de “regionalismo aberto” (Granato, 2021), porém orientada à inserção internacional do bloco por meio da ampliação de acordos comerciais com terceiros em detrimento de políticas voltadas ao fortalecimento produtivo e à redução das assimetrias internas. Nesse movimento, o Mercosul passou a concentrar esforços em negociações externas de larga escala, como o acordo Mercosul–União Europeia, cujas negociações foram finalizadas em 2019 — mas ainda sem resultados concretos.

De forma mais ampla, verifica-se nesta fase um afastamento dos objetivos originais do Tratado de Assunção — que projetava a constituição de um mercado comum —, pois em contraste às ambições integracionistas de fases anteriores, o Mercosul contemporâneo tem priorizado uma agenda de modernização e flexibilização da integração.

Um caso emblemático é a defesa, por parte de diversos Chefes de Estado, Ministros e parlamentares, da flexibilização da própria união aduaneira, de modo a permitir que os países celebrem acordos comerciais individualmente, sem a exigência de consenso entre todos os membros (Mariano; Menezes, 2021). Como assinala Granato (2021), essa agenda de flexibilização tende a aprofundar a fragmentação interna do bloco, configurando-se como um fator capaz de enfraquecer a coesão regional e comprometer a capacidade de ação coletiva dos Estados-membros.

No que se refere às trocas comerciais, verifica-se que estas também tiveram pouco progresso. As exportações intrabloco, já enfraquecidas desde o final do período pós-hegemônico, registraram uma recuperação modesta entre 2016 e 2018, passando de aproximadamente US\$ 35 bilhões para US\$ 41 bilhões (SECEM, 2025). Em seguida, o desempenho voltou a retroceder: 2019 encerrou com cerca de US\$ 33 bilhões e 2020 atingiu apenas US\$ 29 bilhões, marcando dois anos consecutivos de queda (SECEM, 2025). Entre 2021 e 2024, observou-se um novo movimento de crescimento, porém igualmente limitado, alcançando cerca de US\$ 47 bilhões em 2024 (SECEM, 2025).

Esse comportamento evidencia que, apesar das tentativas de redefinição estratégica do bloco, o comércio intrabloco não retomou o vigor observado em fases anteriores, permanecendo aquém das expectativas de aprofundamento e com baixo dinamismo. Nessa perspectiva, Mariano, Bressan e Luciano (2021) qualificam a atual fase do Mercosul como um “regionalismo líquido”, onde a flexibilização dos compromissos regionais leva a uma maior insegurança entre os atores, que passam a verificar mais custos do que benefícios na integração, consequentemente, tendo menos incentivos para se comprometerem com o processo integrativo, passando a procurar outras alternativas para viabilizar seus interesses próprios. Isso os leva a defender uma flexibilidade ainda maior, o que reforça todo o ciclo e dificulta a integração regional.

Corroborando com essa visão, Mariano e Menezes (2021) destacam duas percepções em disputa sobre o futuro do bloco. De um lado defende-se o “Mercosul Máximo”, que seguiria o caminho trilhado pela Europa visando um maior grau de integração; de outro, defende-se o “Mercosul Mínimo”, mais restrito e conformado com o estágio de união aduaneira — ou até mesmo com o de uma área de livre comércio. Ironicamente, para os defensores do Mercosul Máximo, o grau de integração parece sempre insuficiente, enquanto para os defensores do Mercosul Mínimo, o bloco é demasiadamente inchado (Mariano; Menezes, 2021).

Em suma, a terceira fase do Mercosul caracteriza-se por uma combinação de fragilidade institucional, baixa coordenação política e crescente divergência sobre os rumos da integração.

O “regionalismo líquido”, como proposto por Mariano, Bressan e Luciano (2021) torna-se ainda mais evidente no cenário recente. Em 2025, o Brasil, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, defende uma agenda de fortalecimento regional, com ênfase na conclusão de acordos comerciais, na cooperação tecnológica e no desenvolvimento sustentável. Em contraste, o presidente argentino Javier Milei tem adotado um discurso liberalizante, defendendo maior autonomia nacional e advertindo que a Argentina avançará sozinha caso o bloco não acelere sua abertura econômica.

As divergências entre os países mais proeminentes do bloco expõem a dificuldade atual em construir consensos mínimos, reforçando o caráter volátil do Mercosul contemporâneo. Assim, embora o bloco permaneça relevante como espaço de diálogo e coordenação, sua capacidade de avançar rumo a uma integração mais profunda segue condicionada à superação de novas divergências políticas e à reconstrução de compromissos.

4. A RELAÇÃO ENTRE MERCOSUL E BRASIL

Embora se argumente que as ambições do bloco ainda estejam longe de serem plenamente alcançadas e que diversos avanços ainda se façam necessários, o Mercosul é, em verdade, um dos principais projetos de integração econômica regional do mundo. Desse modo, é evidente que, no cumprimento de seus objetivos precípuos: aumentar o comércio entre seus membros e superar desavenças passadas, o Mercosul alcançou certo grau de êxito.

Como maior bloco regional da América Latina, ele desempenha um papel crucial na coordenação política e econômica de seus membros, além de fortalecer cadeias produtivas e ampliar a competitividade regional. Tal dinâmica, todavia, é marcada pela dominância do Brasil, cuja pujança econômica e populacional exerce influência assimétrica sobre os demais integrantes.

Em 2024, o PIB brasileiro atingiu US\$ 2,18 trilhões, enquanto Argentina, Paraguai e Uruguai apresentaram, respectivamente, economias de US\$ 633,3 bilhões, US\$ 44,5 bilhões e US\$ 81,0 bilhões (Banco Mundial, 2025). No comércio exterior, segundo dados do SECEM (2025), entre 2000 e 2024, o Brasil respondeu, em média, por 75,61% das exportações e 62,09% das importações. A Argentina ocupou o segundo lugar, com 21,12% das exportações e 14,87% das importações, seguida pelo Uruguai (2,05% e 2,00%) e pelo Paraguai (1,22% e 2,14%).

O mesmo padrão se verifica na dimensão demográfica. Enquanto o Brasil possui 212 milhões de habitantes, Argentina, Paraguai e Uruguai apresentam populações muito mais reduzidas: 45,7 milhões, 6,9 milhões e 3,3 milhões, respectivamente (Banco Mundial, 2025).

Essas disparidades conferem ao país um papel de liderança dentro do bloco, refletindo-se em resultados positivos tanto na expansão das trocas comerciais quanto no fortalecimento da diversidade produtiva. Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo analisar as relações comerciais do Brasil com o Mercosul, considerando a evolução do comércio intrabloco e os efeitos sobre a estrutura produtiva. A análise evidencia como a integração regional influenciou o intercâmbio do Brasil com os outros membros do bloco, estabelecendo uma base interpretativa para o capítulo seguinte, que aborda as implicações específicas para Santa Catarina no aproveitamento da integração econômica.

4.1. BALANÇA COMERCIAL

Ao longo das décadas, a participação do Brasil no Mercosul sofreu oscilações condicionadas por diferentes conjunturas econômicas e políticas. Por um lado, o bloco

contribuiu para a ampliação das exportações e para o fortalecimento de setores industriais voltados ao mercado regional, mas por outro, houve limitações no avanço rumo a um mercado comum plenamente integrado, em função de crises econômicas, divergências políticas e barreiras comerciais internas.

Diante disso, o Gráfico 1 apresenta a evolução histórica da balança comercial brasileira com Argentina, Paraguai e Uruguai desde 1991, evidenciando, de forma conjunta, as principais tendências que marcaram as diferentes fases do processo de integração regional.

Como os dados demonstram, nas últimas três décadas, os fluxos de comércio entre o Brasil e os demais membros do bloco alternaram-se entre períodos de maior e menor crescimento, o que pode ser explicado por diversos fatores, como crises internacionais, políticas macroeconômicas específicas, variações de oferta e demanda e assimetrias produtivas. Apesar dessas oscilações, observa-se uma tendência geral de elevação do comércio, com aumento expressivo tanto das exportações quanto das importações.

Entre 1991 e 1997, ocorreu um avanço contínuo do intercâmbio comercial, reforçando a o período como uma “época de ouro”. No primeiro ano, as exportações foram no valor de US\$ 2,31 bilhões e as importações de US\$ 2,24 bilhões, ao passo que em 1997 foram de, respectivamente, US\$ 10,45 bilhões e US\$ 9,04 bilhões — isto é, mais do que quadruplicaram. Tal crescimento se explica pela impulsos iniciais da integração e pela ampla redução tarifária aplicada no comércio intrarregional, como destacado por Pamplona e Fonseca (2008).

Entre 1998 e 2002 houve um arrefecimento na balança comercial, em decorrência das crises financeiras ocorridas no período: México em 1994, Ásia em 1997, Rússia em 1998 e, principalmente, a crise cambial brasileira, em 1999 (Mallmann; Marques, 2013). Esse cenário começou a ser superado no ano de 2003 — o qual estreia a segunda fase do Mercosul —, onde as exportações saltaram de US\$ 5,67 bilhões no referido ano para US\$ 21,73 bilhões em 2008. Por sua vez, as importações também tiveram um aumento expressivo, saindo de US\$ 6,72 bilhões para US\$ 16,53 bilhões no mesmo período.

Em 2009, observa-se uma pequena queda nas trocas comerciais, seguida por dois anos consecutivos de avanço. O ano de 2011, especificamente, apresentou o maior intercâmbio comercial do Brasil com o Mercosul já registrado, com US\$ 27,84 bilhões exportados e US\$ 21,10 bilhões importados — ambos em sua máxima histórica.

O período posterior, contudo, foi de menor otimismo, com uma tendência de decréscimo nos fluxos comerciais de 2012 a 2020. Nesse intermédio, alguns anos apresentaram recuperações, sobretudo entre 2016 e 2018, porém, pouco significativas. O ano de 2020, em razão principalmente da pandemia do COVID-19, marcou o pior desempenho comercial do

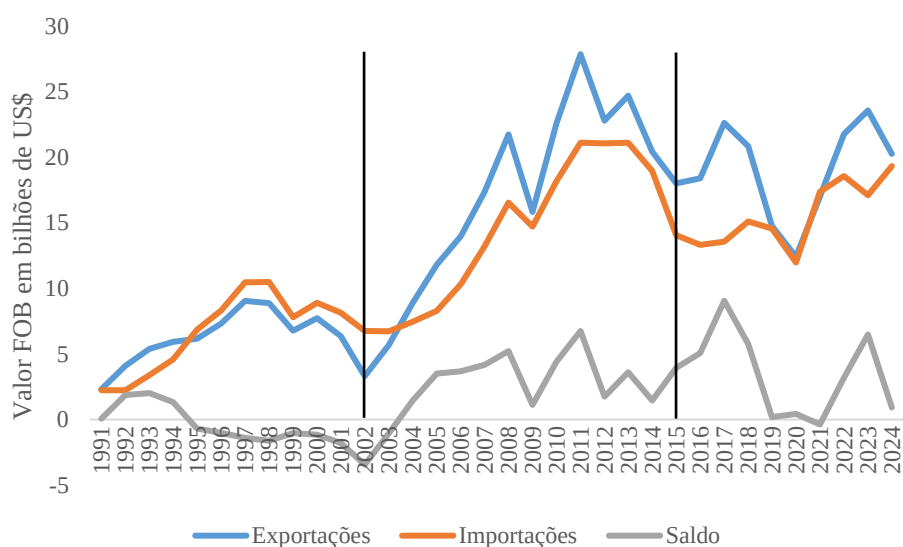
Brasil com os demais membros do bloco desde 2009, com exportações no valor de US\$ 12,40 bilhões e importações de US\$ 11,98 bilhões.

Já nos anos recentes, houve um avanço gradual entre 2021 e 2023, seguido, no entanto, por nova retração em 2024. O que evidencia a menor convergência política entre os membros do bloco, o avanço limitado das agendas econômicas e a dificuldade na retomada sustentada da integração regional.

O saldo da balança comercial, por sua vez, foi positivo na maior parte do período analisado, com exceções à regra somente entre 1995 e 2003, com déficits comerciais e entre 2019 e 2021, com saldos reduzidos. Nos demais anos, verifica-se um cenário mais promissor, marcado por superávits expressivos e consistentes, resultado da sistemática predominância das exportações sobre as importações na em quase todos os anos.

Em suma, os efeitos do Mercosul sobre a balança comercial brasileira ocorreram de forma distinta em cada fase do bloco. Na primeira constata-se um crescimento médio de 8% nas exportações e 13% nas importações. Na segunda, 18% nas exportações e 7% nas importações. E na terceira, 3% nas exportações e 5% nas importações. Isto é, os resultados materializam as dinâmicas predominantes nas diferentes etapas de desenvolvimento do Mercosul: a consolidação inicial, a ampliação e a redefinição de prioridades.

Gráfico 1 – Evolução da Balança Comercial do Brasil com o Mercosul (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Além dos valores dos fluxos de exportação e importação, outro aspecto relevante a ser analisado acerca da balança comercial é a participação do comércio intrabloco em comparação

ao total do comércio exterior brasileiro. Tal avaliação permite compreender o peso relativo do Mercosul como parceiro comercial ao longo do tempo e como a integração econômica regional influenciou a estrutura das exportações e importações do país.

Nesse ínterim, a análise conjunta dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2025) expostos nos Gráficos 2 e 3 permite identificar três movimentos estruturais no comércio intrabloco nas últimas décadas.

Primeiro, observa-se um expressivo aumento da presença do Mercosul no comércio ao longo da primeira fase de integração. Entre 1991 e 2002, o bloco respondeu, em média, por 12,83% do total exportado e 14,38% do total importado, evidenciando o *boom* inicial destacado anteriormente. Nos oito primeiros anos desse período, verificou-se um crescimento contínuo da participação intrabloco, que atingiu seu ápice em 1998, ano em que o Mercosul representou 17,37% das exportações e 17,88% das importações brasileiras — os maiores valores de toda a série histórica. Após esse pico, porém, observa-se uma trajetória de redução gradual da participação entre 1999 e 2002, refletindo os efeitos cumulativos das crises financeiras internacionais e da instabilidade macroeconômica regional.

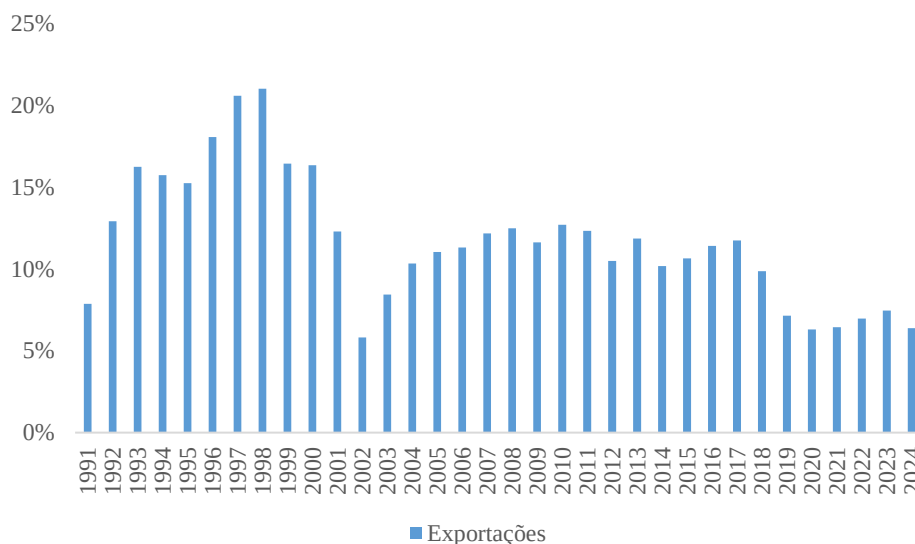
Entre 2003 e 2015, a participação relativa do Mercosul no comércio exterior brasileiro manteve uma trajetória de queda, seguida por um período de estagnação, mesmo diante do crescimento absoluto dos fluxos comerciais. Esse processo resulta da crescente diversificação dos parceiros comerciais do Brasil e da expansão da demanda por bens primários por parte de parceiros extrabloco, especialmente Estados Unidos, China e União Europeia, que reduziram o peso relativo do Mercosul no total comercializado (Franzoni; Pessoa; Almeida, 2024). Ainda assim, o bloco manteve relevância estratégica, respondendo, em média, por 10,07% das exportações e 10,21% das importações brasileiras durante a segunda fase de integração.

Na fase mais recente, entretanto, observa-se uma participação ainda mais reduzida, visto que entre 2016 e 2024, a média da participação relativa do Mercosul foi de apenas 7,54% do total exportado e de 7,86% do total importado. Esse comportamento expressa as limitações no aprofundamento da integração regional, marcadas pela instabilidade política entre os membros, pela menor coordenação das agendas econômicas e pela ausência de um projeto comum de integração.

Constata-se, portanto, que o Mercosul vem diminuindo sua participação percentual na balança comercial do Brasil a cada ciclo. Em contraste, atores externos como China, Estados Unidos e União Europeia, conforme analisado por Franzoni, Pessoa e Almeida (2024), vêm apresentando evoluções nas trocas comerciais. Tal fato manifesta, por um lado, a perda de dinamismo do comércio intraregional e, por outro, o crescente direcionamento da política

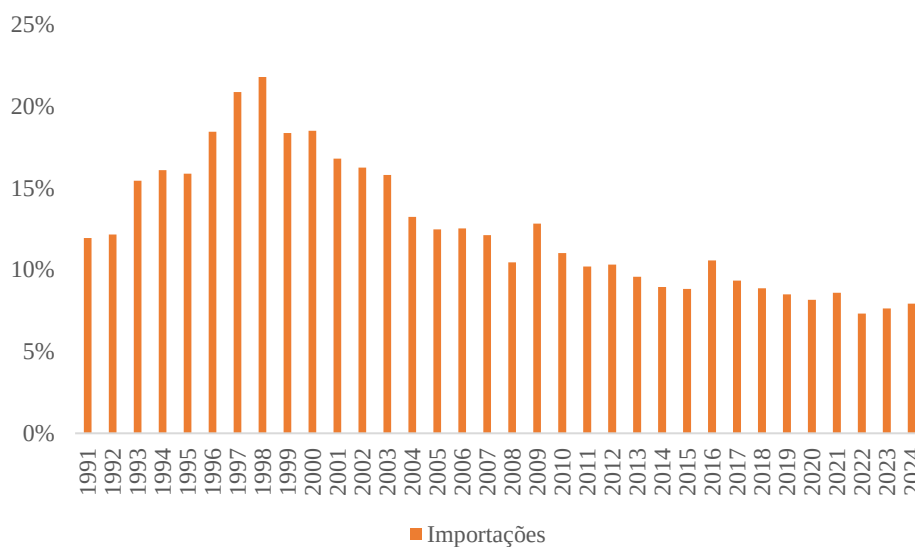
comercial brasileira para mercados extrarregionais com maior capacidade de absorção e expansão.

Gráfico 2 – Participação do Mercosul nas Exportações Totais do Brasil (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Gráfico 3 – Participação do Mercosul nas Importações Totais do Brasil (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

4.2. DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

Apesar das dificuldades elencadas, o Mercosul ainda se apresenta como um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Conforme dados do MDIC (2025), em 2024, ele

representou 6,0% do total de exportações e 7,3% das importações nacionais, atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da União Europeia. Além dessa relevância quantitativa, porém, importa ressaltar sua função qualitativa: o bloco é um destino importante de bens industrializados, exercendo um papel estratégico para a indústria exportadora do país (Franzoni; Pessoa; Almeida, 2024).

Enquanto as relações comerciais do Brasil e do próprio Mercosul com demais parceiros concentram-se majoritariamente nos produtos primários, como soja, café e petróleo, os principais produtos do comércio Brasil-Mercosul são bens manufaturados, com grande destaque para a indústria automobilística (Franzoni; Pessoa; Almeida, 2024).

Os dados das Tabela 1 comprovam essa análise, com a média da participação relativa de cada setor da ISIC nas exportações aos principais parceiros comerciais do Brasil durante a fase mais recente, no qual se observam os padrões contemporâneos de especialização e composição das trocas.

A ISIC (*International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*) é uma classificação criada pela ONU para categorizar as atividades econômicas em quatro seções distintas: Indústria de Transformação, Indústria Extrativa, Agropecuária e Outros Produtos. Essa categorização é amplamente usada em estudos sobre comércio exterior, pois permite organizar os dados de forma comparável e identificar o peso relativo de cada setor na estrutura produtiva.

Percebe-se que, dentre os maiores destinos das vendas externas brasileiras, o Mercosul figura como o mercado mais intensivo em atividades industriais, tendo absorvido entre 2016 e 2024, em média, 90,20% em produtos da Indústria de Transformação; além de uma participação reduzida de setores primários. Em contraste, as vendas à China — maior parceiro comercial — apresentam forte concentração em produtos da Indústria Extrativa (42,21%) e da Agropecuária (38,03%), refletindo o papel do país como destino principalmente de *commodities* minerais e agrícolas.

No caso dos Estados Unidos, a pauta exportadora assemelha-se à do Mercosul quanto à predominância de bens da Indústria de Transformação, porém com uma participação um pouco menos expressiva. Para o país, 82,45% das exportações correspondem a produtos manufaturados (máquinas, equipamentos e produtos químicos), ao passo que apenas 17,56% correspondem aos demais setores. A União Europeia, por sua vez, possui uma composição mais diversificada, onde a Indústria de Transformação ocupa a proporção majoritária de 55,76%, mas com participação relevante dos outros três setores, que, somados, representam 44,24%.

Tabela 1 – Composição das Exportações do Brasil para China, Estados Unidos, Mercosul e União Europeia por Seções ISIC (média entre 2016 e 2024)

Parceiro Comercial	Indústria de Transformação (%)	Indústria Extrativa (%)	Agropecuária (%)	Outros Produtos (%)
China	19,61	42,21	38,03	0,15
Estados Unidos	82,45	11,73	4,99	0,84
Mercosul	90,20	5,55	3,48	1,16
União Europeia	55,76	23,51	19,67	1,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

No que se refere especificamente à inserção internacional da economia brasileira no Mercosul — expressa pela composição das exportações —, a Tabela 2 expõe a participação dos dez principais produtos (e suas respectivas NCMs) vendidos pelo Brasil aos demais membros no período de 2016 a 2024. Esse recorte permite identificar os itens de maior peso e relevância dentro da pauta exportadora destinada ao bloco na fase mais recente, período em que os padrões atuais de especialização produtiva e de inserção internacional estão consolidados.

A NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) corresponde ao código padronizado de classificação de mercadorias adotado pelo Mercosul para fins tarifários e estatísticos. Foi criada em 1995 baseada no Sistema Harmonizado, uma estrutura lógica utilizada internacionalmente na qual há uma ordenação progressiva conforme o grau de elaboração das mercadorias. Por exemplo, a menos sofisticada pertence à seção 01 e a mais sofisticada à 97. Os capítulos finais (98 e 99) são reservados para usos especiais de cada país.

Os dados evidenciam a predominância dos produtos manufaturados, com forte presença do complexo automotivo, cuja participação média entre 2016 e 2024 foi de 18,96%. Entre os dez produtos destacados, sete pertencem diretamente a esse setor, abrangendo: veículos para transporte de passageiros diferenciados pela cilindrada do motor (8703.23.10, 8703.22.10 e 8703.21.00), veículos para transporte de mercadorias classificados segundo capacidade de carga, englobando modelos leves, médios e pesados (8704.22.10, 8704.31.90 e 8704.21.90) e tratores rodoviários para semirreboques (8701.20.00).

Além desse segmento, aparecem na lista apenas três produtos primários: soja triturada (1201.90.00), óleos brutos de petróleo (2709.00.10) e minérios de ferro e seus concentrados (2601.12.10). Estes, no entanto, com participação consideravelmente menor ao longo do período, somando, em média, apenas 5,94% das exportações.

Tabela 2 – Principais Produtos Exportados pelo Brasil para o Mercosul (2016-2024)

Ano	NCM (%)									
	8703.	8703.	2709.	8703	1201.	8704.	2601.	8704.	8704.	8701.
	23.10	22.10	00.10	21.00	90.00	31.90	12.10	21.90	22.10	20.00
2016	11,97	5,86	7,29	1,03	0,04	2,01	0,57	2,76	1,78	1,73
2017	13,49	6,76	3,37	1,87	0,27	2,37	0,87	3,54	2,09	2,01
2018	10,75	6,63	5,96	2,14	1,18	1,85	1,52	2,13	1,36	1,66
2019	8,03	5,12	5,03	1,52	0,80	1,81	1,27	0,64	0,69	0,93
2020	6,63	4,10	1,01	1,71	1,01	1,46	1,04	1,43	0,97	1,89
2021	4,84	2,34	--	1,37	0,55	1,05	3,43	0,89	0,84	1,68
2022	3,49	3,34	1,59	1,14	0,83	0,95	2,17	0,69	0,63	0,35
2023	2,58	2,70	0,90	1,29	8,83	1,21	1,65	0,67	0,58	--
2024	4,11	3,46	--	3,63	0,49	2,67	1,86	0,70	0,75	--
MÉDIA	7,32	4,48	2,79	1,74	1,55	1,71	1,60	1,49	1,08	1,14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Essa configuração demonstra que, ao contrário do padrão observado nas exportações para China e, em certa medida, a União Europeia, o comércio com o Mercosul é fortemente orientado por bens industriais de maior valor agregado. A média dos percentuais reforça a constância desse padrão ao longo dos anos, com oscilações relativamente pequenas e contínua predominância de automóveis de passeio e veículos de carga.

Assim, apesar do recente decréscimo nas trocas comerciais, o Mercosul permanece como um parceiro relevante para a inserção internacional da indústria brasileira. Do ponto de vista comercial, o Brasil se beneficia do bloco principalmente por meio das exportações de bens manufaturados, que continuam representando a maior parte do intercâmbio. Esse panorama reforça o papel do Mercosul na preservação da capacidade industrial do país e na sustentação de uma pauta exportadora de maior valor agregado, contribuindo para o dinamismo de diversos setores industriais e para o fortalecimento de cadeias produtivas integradas em nível regional.

5. A RELAÇÃO ENTRE MERCOSUL E SANTA CATARINA

Este capítulo constitui o ponto principal da análise proposta neste trabalho, explorando como a integração econômica do Mercosul se manifesta de forma concreta no comércio exterior de Santa Catarina. Parte-se de uma caracterização sintética do perfil econômico do estado para, em seguida, examinar a dinâmica da balança comercial com o bloco como um todo, bem como com cada país em específico. A análise, em sequência, avança para os efeitos sobre a especialização produtiva, identificando os produtos mais comercializados e, por fim, comparando a inserção de Santa Catarina e do Brasil nas relações intrabloco.

5.1. PERFIL ECONÔMICO DE SANTA CATARINA

Com uma área de 95.731 km² (IBGE, 2025), Santa Catarina é um dos menores estados do Brasil em extensão territorial, sendo, precisamente, o vigésimo. Entretanto, sobressai-se por sua relevância populacional e econômica. Conforme o Censo Demográfico de 2022, abriga aproximadamente 7,6 milhões de habitantes, configurando-se como o décimo estado mais populoso do país (IBGE, 2025). No plano econômico, apresenta a sexta maior economia estadual, com um PIB de R\$ 466,3 bilhões (Santa Catarina, 2024) bem como o quinto maior PIB per capita, no valor de R\$ 61.274.

Segundo a FIESC (2024), a economia catarinense possui um perfil multissetorial, com polos distribuídos por diferentes regiões. Essa configuração favorece uma maior capacidade de absorção das oscilações conjunturais e permite que o estado aproveite distintos ciclos econômicos setoriais, contribuindo para resultados positivos em termos de emprego e renda. No Oeste, destaca-se a agroindústria, sobretudo de aves e suínos, além das atividades associadas à madeira e à fabricação de móveis. Na região Serrana, a exploração da silvicultura e a produção de madeira, papel e celulose. No Sul, indústrias cerâmicas, carboníferas e de plásticos. Na Grande Florianópolis, a fabricação de eletrodomésticos, produtos eletrônicos e equipamentos de tecnologia. No Vale do Itajaí, a indústria têxtil, de vestuário, calçados, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos. E no Norte, o complexo metal mecânico, que inclui fundição, metalurgia, fabricação de equipamentos elétricos, segmentos automotivos e bens de capital.

A estrutura produtiva diversificada de Santa Catarina também se reflete em seu desempenho no comércio exterior. A combinação de uma indústria multifacetada, de um agronegócio competitivo e de um setor de serviços em forte expansão, conforme observado por Fachinello e Kroth (2012), contribui para uma melhor qualificação e projeção no cenário

internacional. Somado a isso, o estado abriga um dos maiores parques industriais do país e conta com uma consolidada estrutura portuária, fatores que de acordo com CARIO et al., (2008), também impulsionam sua integração às cadeias internacionais de comércio.

Nesse viés,, historicamente, Santa Catarina consolidou-se como um importante polo exportador no Brasil, especialmente em exportações de frangos e suínos, madeira, têxteis e produtos industriais (Amarante *et al.*, 2020). Tal desempenho, todavia só sustentou-se até meados dos anos 2000, período em que o estado mantinha superávit na balança comercial, com volumes de exportação superiores aos de importação.

Como explica Razzini (2024), a partir de 2009, a balança comercial catarinense passou a registrar déficits comerciais recorrentes, devido à adoção de políticas fiscais que incentivaram de forma veemente o desembaraço aduaneiro em seu território, em especial com a redução do ICMS.

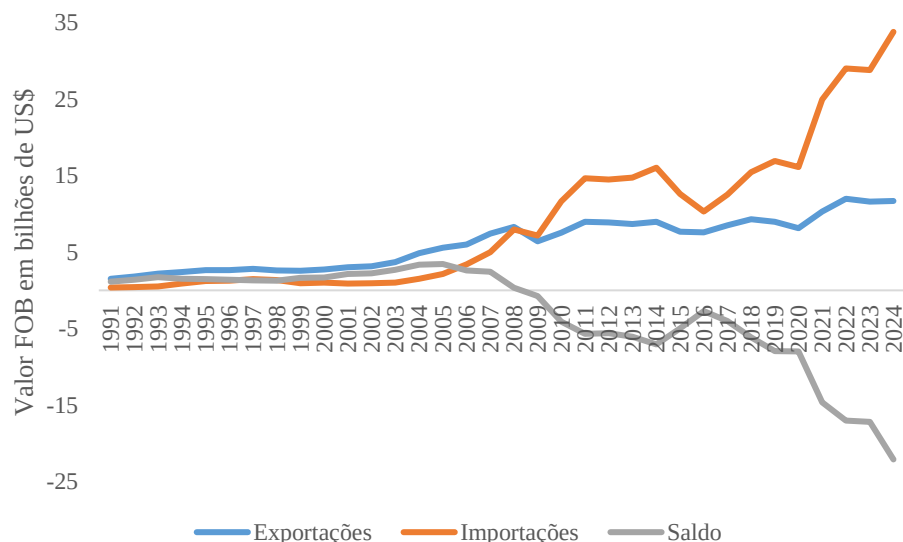
Entre 1991 e 2007, o estado registrou superávits comerciais contínuos. Nesse intervalo, as exportações cresceram de forma relativamente estável. Dobraram entre 1991 (US\$ 1,51 bilhão) e 2001 (US\$ 3,02 bilhões) e cresceram com maior intensidade nos anos seguintes, atingindo US\$ 7,43 bilhões em 2007. Já as importações, embora em expansão, permaneciam em níveis inferiores. Entre 1991 e 2007 saltaram de US\$ 368,10 milhões para US\$ 1,49 bilhão; entre 1998 (US\$ 1.35 bilhão) e 2003 (US\$ 990,03 milhões) seguiram uma tendência de queda; e a partir de 2004 cresceram recorrentemente, chegando a US\$ 4,99 bilhões em 2007. Como resultado, nesse período o saldo comercial manteve-se superavitário e quase em todos os anos crescente, variando entre US\$ 1,14 bilhão e US\$ 3,44 bilhões — com pico em 2005.

A partir de 2008, porém, observa-se uma reversão significativa. Ainda há superávit nesse ano, mas muito reduzido (US\$ 326,41 milhões), indicando uma aproximação crescente entre exportações e importações. Em 2009 surge o primeiro saldo negativo da série, e o déficit intensifica-se rapidamente nos anos seguintes. Entre 2010 (US\$ 7,55 bilhões) e 2024, (US\$ 11,68 bilhões), as exportações continuaram aumentando, mas em ritmo inferior ao das importações, que foram de US\$ 11,64 bilhões para US\$ 33,77 bilhões no mesmo período — ou seja, um déficit comercial de US\$ 22,09 bilhões somente em 2024, no qual as importações superaram quase três vezes as exportações.

A análise dos dados, portanto revela uma mudança estrutural muito clara na balança comercial de Santa Catarina entre 1991 e 2024. Nos anos mais recentes, observa-se uma forte aceleração das importações, que cresceram 4,72 vezes entre 2009 e 2024; em contraste com o avanço mais moderado das exportações, cujo aumento foi de apenas 1,82 vezes ao longo desse intervalo.

A evolução desse movimento histórico é apresentada no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Para compreender de forma mais aprofundada a dinâmica internacional de Santa Catarina, especialmente no que se refere ao desempenho externo do estado, é fundamental verificar como se distribuem os destinos das vendas internacionais catarinenses.

Nesse sentido, a Tabela 3 apresenta os principais parceiros comerciais de Santa Catarina na conjuntura econômica vigente — isto é, entre 2016 e 2024 —, permitindo identificar os padrões atuais de concentração, diversificação e mudanças na inserção internacional do estado.

Nota-se que Santa Catarina tem direcionado a maior parte de suas vendas externas a quatro parceiros centrais: Estados Unidos, China, União Europeia e Mercosul. Esses mercados alternam as primeiras posições ao longo do período analisado, com destaque para os anos em que a China assume a liderança (2018, 2019, 2020 e 2023) e aqueles em que os Estados Unidos retomam o primeiro lugar (2016, 2017, 2021, 2022 e 2024). A União Europeia, por sua vez, mantém presença constante entre os principais destinos, ainda que sem ocupar a primeira posição e que tenha perdido espaço para o Mercosul nos quatro últimos anos da série.

O Mercado Comum do Sul aparece de forma recorrente no grupo dos cinco maiores destinos, sobretudo entre o terceiro — 2021 a 2023 — e o quarto lugar — 2018 a 2020 —, o que revela importância regular, mas frequentemente inferior àquela exercida pelos grandes mercados globais. A partir de 2021, contudo, verifica-se uma ampliação significativa desse papel, visto que o bloco passou a superar as exportações destinadas à União Europeia, tomando

para si a terceira posição até o ano de 2023. Já em 2024, figurou como o segundo maior destino das vendas externas de Santa Catarina, ultrapassando inclusive o mercado chinês.

Além desses parceiros, observa-se a presença eventual de grandes economias nas vendas externas catarinenses — tal como México, Chile, Japão e Rússia —, indicando a existência de diversos nichos exportadores relevantes, ainda que menos expressivos em termos agregados.

Tabela 3 – Principais Destinos de Exportações de Santa Catarina (2016-2024)

Ano	1ª posição	2ª posição	3ª posição	4ª posição	5ª posição
2016	Estados Unidos	União Europeia	China	Mercosul	Rússia
2017	Estados Unidos	União Europeia	Mercosul	China	México
2018	China	Estados Unidos	União Europeia	Mercosul	Japão
2019	China	Estados Unidos	União Europeia	Mercosul	Japão
2020	China	Estados Unidos	União Europeia	Mercosul	México
2021	Estados Unidos	China	Mercosul	União Europeia	Chile
2022	Estados Unidos	China	Mercosul	União Europeia	Chile
2023	China	Estados Unidos	Mercosul	União Europeia	México
2024	Estados Unidos	Mercosul	China	União Europeia	México

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Já no caso das importações, a estrutura é mais rígida e concentrada do que o observado nas exportações. A China ocupa ininterruptamente o primeiro lugar em todos os anos recentes, consolidando-se como a principal fornecedora de bens ao estado. A União Europeia manteve-se de maneira igualmente contínua na segunda posição, da mesma forma que o Mercosul, na terceira colocação. Nas posições inferiores, Chile e Estados Unidos alternaram-se entre o quarto e o quinto lugar, compondo um conjunto de parceiros que, apesar de não ocuparem as primeiras posições, possuem relevância constante para o comércio exterior de Santa Catarina.

Tabela 4 – Principais Origens de Importações de Santa Catarina (2016-2024)

(continua)

Ano	1ª posição	2ª posição	3ª posição	4ª posição	5ª posição
2016	China	União Europeia	Mercosul	Chile	Estados Unidos
2017	China	União Europeia	Mercosul	Chile	Estados Unidos

Tabela 4 – Principais Origens de Importações de Santa Catarina (2016-2024)
(conclusão)

Ano	1ª posição	2ª posição	3ª posição	4ª posição	5ª posição
2018	China	União Europeia	Mercosul	Chile	Estados Unidos
2019	China	União Europeia	Mercosul	Estados Unidos	Chile
2020	China	União Europeia	Mercosul	Chile	Estados Unidos
2021	China	União Europeia	Mercosul	Chile	Estados Unidos
2022	China	União Europeia	Mercosul	Chile	Estados Unidos
2023	China	União Europeia	Mercosul	Estados Unidos	Chile
2024	China	União Europeia	Mercosul	Estados Unidos	Chile

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Em termos gerais, constata-se que a balança comercial catarinense é marcada por déficits crescentes decorrentes de um padrão de importação muito mais intenso do que o ritmo de expansão das exportações. Além disso, as informações apontam para uma inserção internacional caracterizada pela estabilidade dos principais parceiros comerciais e pela recorrente presença do Mercosul tanto entre os maiores destinos quanto de origem de mercadorias catarinenses. A constância desse padrão demonstra que o estado opera dentro de um conjunto relativamente definido de relações comerciais estratégicas, nas quais o bloco regional desempenha papel significativo e crescente nas exportações, ao mesmo tempo em que mantém relevância como um dos principais fornecedores de bens.

Logo, esse padrão apresenta algumas particularidades se comparado ao desempenho comercial do Brasil como um todo. Enquanto o país costuma registrar superávits comerciais e mantém uma relação menos concentrada com o Mercosul, Santa Catarina exhibe déficits recorrentes e uma inserção mais expressiva no bloco, tanto como destino de suas exportações quanto como origem de suas importações. Essa diferença evidencia que o estado possui uma estrutura de comércio exterior mais sensível às dinâmicas regionais, o que reforça a importância de compreender seu posicionamento específico no contexto do Mercosul.

Nesse cenário, a seção a seguir analisa o desempenho comercial de Santa Catarina no âmbito do bloco, examinando inicialmente o saldo agregado e, posteriormente, a dinâmica bilateral com cada país membro.

5.2. BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA COM O MERCOSUL

Assim como ocorre com a nível nacional, desde a criação do Mercosul, as relações comerciais de Santa Catarina com o bloco têm variado de acordo com diferentes conjunturas econômicas. Observa-se, porém, um aumento significativo da participação do estado no comércio com o bloco nos anos mais recentes, especialmente quando comparada ao desempenho das demais unidades federativas, segundo dados do MDIC (2025).

Entre 2016 e 2021, Santa Catarina não figurava entre os maiores estados exportadores ao Mercosul. O quadro, porém, se altera a partir de 2022, quando o estado passou a ocupar a quinta posição, mantendo-se entre 2022 e 2024 atrás apenas de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais como um dos principais fornecedores brasileiros de bens ao bloco.

Quanto às importações, a presença de Santa Catarina é historicamente mais robusta. Entre 2016 e 2020, o estado permaneceu como o quarto maior importador de bens provenientes do Mercosul; em 2021, ocupou a quinta posição; e, a partir de 2022, ascendeu ao terceiro lugar, situando-se atualmente atrás apenas do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Em relação à balança comercial em si, observa-se, de forma geral, uma tendência de expansão no fluxos ao longo das três fases do Mercosul. Na primeira fase, aponta-se para um crescimento mais acelerado nos primeiros anos de integração, onde as exportações saltaram de US\$ 115,09 milhões em 1991 para US\$ 487,13 milhões em 1997, enquanto as importações de US\$ 126,26 milhões para US\$ 435,48 milhões. Entre 1998 e 2002, porém, ambas decaíram, chegando a, respectivamente, US\$ 157,37 milhões e US\$ 316,60 milhões no ano de 2002.

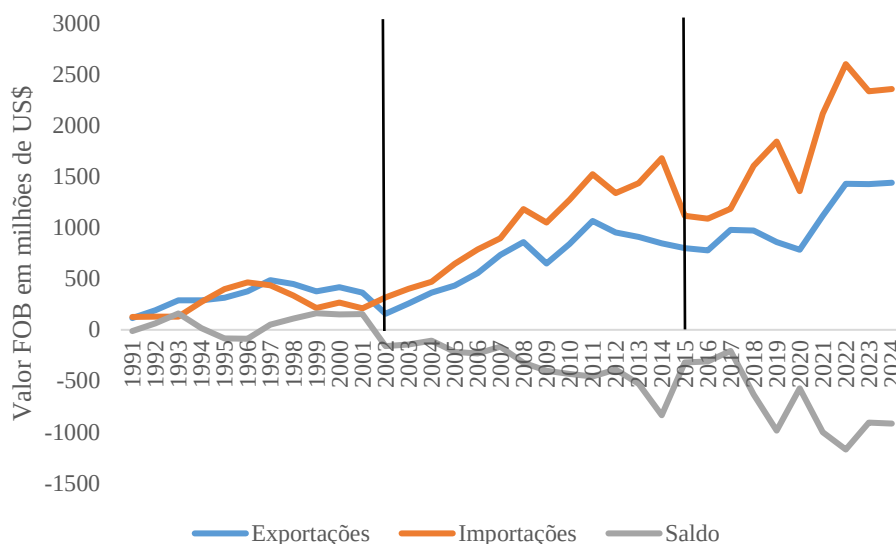
Na segunda fase, o ritmo de crescimento se intensificou. As exportações quadruplicaram entre 2003 e 2011, atingindo US\$ 1,07 bilhão neste último ano, porém com retrações consecutivas até 2015, onde alcançaram US\$ 799,38 milhões. Já as importações, cresceram fortemente até 2014, ano em que obtiveram o valor de US\$ 1,68 bilhão, mas registraram queda em 2015, reduzindo-se para US\$ 1,12 bilhão.

Na terceira fase, verifica-se novamente uma trajetória predominantemente favorável. As exportações mantiveram tendência de expansão até 2022, embora tenham demonstrado certa estabilidade nos três últimos anos da série, atingindo o pico de US\$ 1,44 bilhão em 2024. As importações, por sua vez, continuaram em retração em 2016 e 2017, mas voltaram a crescer nos anos subsequentes — especialmente a partir de 2021 — alcançando o valor máximo em 2022, com US\$ 2.60 bilhões. Registraram, todavia, leve redução nos dois anos seguintes.

No que tange a saldo comercial, este apresenta um viés historicamente deficitário, com as importações ao Mercosul superando as exportações na maior parte dos anos. O que revela que o perfil importador de Santa Catarina se mantém também nas trocas com o bloco regional.

O gráfico a seguir ilustra esses dados ao apresentar o desempenho da balança comercial catarinense com o Mercosul desde 1991 até 2024, perpassando as três fases do bloco.

Gráfico 5 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com o Mercosul (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

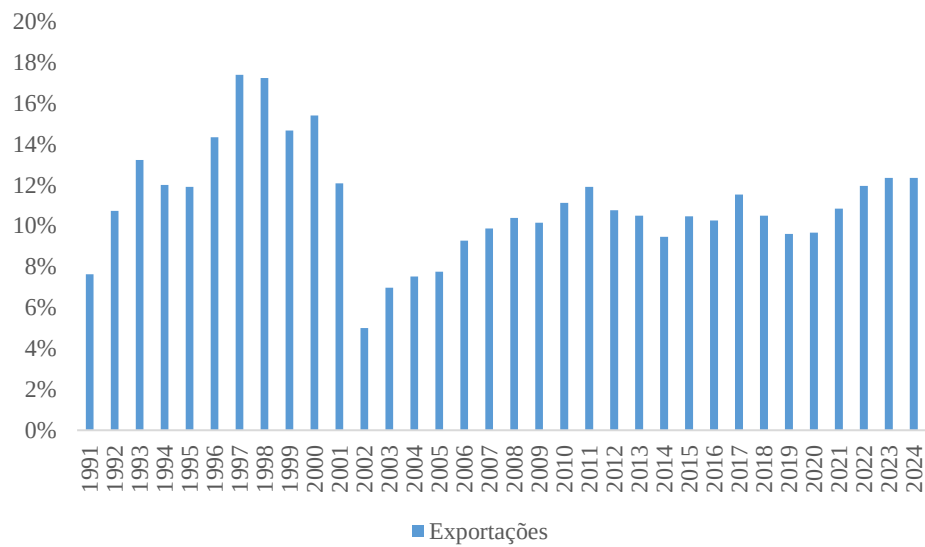
Apesar da análise anterior demonstrar que os fluxos de comércio apresentaram uma trajetória ascendente ao longo do processo de integração, a participação relativa do Mercosul no total das trocas internacionais com Santa Catarina demonstra dinâmicas próprias que merecem destaque. Tais dados estão ilustrados nos Gráficos 6 e 7.

No que se refere às exportações, a participação relativa do bloco apresentou médias de 12,63% na primeira fase (1991–2002), 9,70% na segunda (2003–2015) e 11,00% na terceira (2016–2024). Esses valores indicam que, embora as vendas externas ao Mercosul tenham aumentado em termos absolutos, outros mercados globais passaram a ocupar espaço na pauta exportadora do estado. Enquanto no auge da participação relativa — em 1997 e 1998 — o Mercosul respondeu por mais de 17% das exportações de Santa Catarina, nos anos mais recentes (2023 e 2024) essa participação situou-se em torno de apenas 12%.

A tendência histórica, portanto, revela um movimento de expansão da participação relativa das exportações na primeira fase de integração, seguido de uma retração ao longo da segunda e de uma estabilização na terceira (com forte retomada a partir de 2022). Atualmente, o bloco coloca-se como o segundo maior destino de exportações catarinenses, com 12,34% no ano de 2024, atrás apenas dos Estados Unidos, com 14,94% (FIESC, 2024). Assim, embora seu peso relativo tenha oscilado ao longo dos anos, o Mercosul permanece como um mercado

essencial para a pauta exportadora de Santa Catarina, mantendo relevância comparável — e no caso da China (11,05%) e União Europeia (10,46%), superior — a alguns dos principais parceiros globais da economia estadual e nacional.

Gráfico 6 – Participação do Mercosul nas Exportações Totais de Santa Catarina (1991-2024)

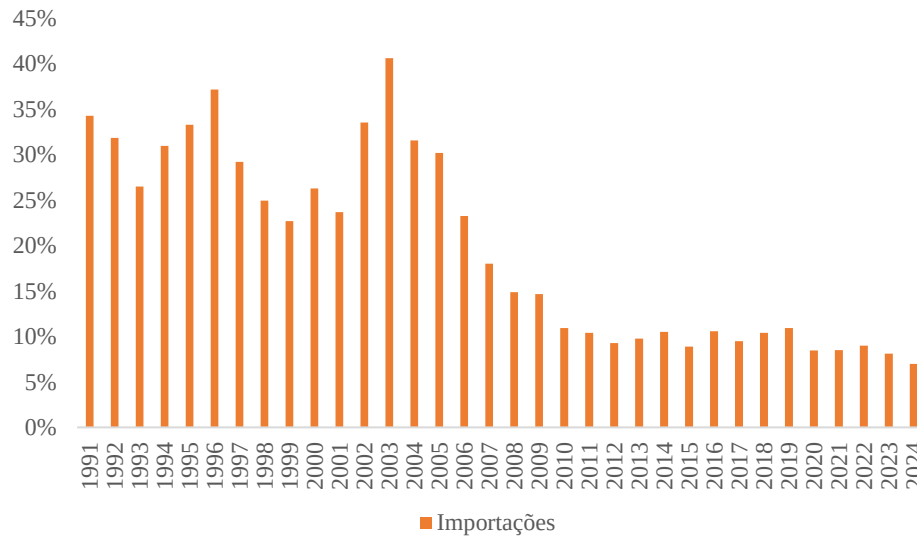


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

As importações provenientes do bloco, por sua vez, apresentam uma trajetória de redução percentual ao longo do período analisado. Ainda que, em termos absolutos, as compras externas estejam próximas de seus patamares históricos mais elevados, observa-se um declínio contínuo de sua relevância proporcional no decorrer das três fases de integração econômica regional. Entre 1991 e 2002, a participação média do Mercosul foi de 29,55%; entre 2003 e 2015, recuou para 17,92%; e, no período mais recente, de 2016 a 2024, atingiu apenas 9,16%.

Esse contexto evidencia que, embora o bloco permaneça relevante para o comércio catarinense, sua importância percentual vem diminuindo de forma consistente. Esse movimento decorre da crescente diversificação geográfica das importações do estado, do fortalecimento de fluxos comerciais com fornecedores globais e, conforme aponta Razzini (2024), da adoção de políticas fiscais estaduais que ampliaram os volumes importados sobretudo de maneira contábil, sem necessariamente refletir maior consumo ou investimento produtivo local. Nesse cenário, destacam-se a China (43,26%) e a União Europeia (13,14%), que em 2024 superaram o percentual de 6,98% das importações provenientes do Mercosul, além dos Estados Unidos (6,58%) e do Chile (6,27%), que se aproximaram desse patamar (FIESC, 2024).

Gráfico 7 – Participação do Mercosul nas Importações Totais de Santa Catarina (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Em contraste com o cenário nacional, portanto, as exportações de Santa Catarina ao Mercosul preservam um peso relativo mais significativo; ao passo que as importações provenientes do bloco seguem o mesmo padrão que o cenário nacional, perdendo espaço de forma mais acelerada — mas com singularidades que decorrem do perfil do estado e de seus incentivos fiscais voltados ao comércio exterior. Isto é, a relação comercial mostra-se relevante e estável no eixo exportador, porém proporcionalmente menor no eixo importador.

Dado esse panorama, convém examinar de forma desagregada os fluxos de comércio com cada um dos países que compõem o bloco, a fim de identificar as especificidades de cada relação bilateral e avaliar, caso a caso, seus efeitos sobre o comércio exterior catarinense.

5.2.1. Comércio com a Argentina

Como destacado anteriormente, o comércio Brasil-Argentina é uma relação essencial no contexto do Mercosul, inclusive sendo um dos fatores que justificam sua existência e continuidade (Zilli; Neto; Vieira, 2016). Por exemplo, em 2024, a participação conjunta de ambos no comércio intrabloco representou 79% do total — 44% do Brasil e 35% da Argentina — enquanto Paraguai e Uruguai responderam, respectivamente, por 14% e 7% (SECEM, 2025).

No caso de Santa Catarina, essa primazia se repete. Conforme dados do MDIC (2025), em 2024, a Argentina representou 52% das exportações do estado para o Mercosul, seguida por 30% do Paraguai e 18% do Uruguai. No caso das importações, a participação foi de,

respectivamente, 62%, 20% e 18% (MDIC, 2025). Nesse contexto, analisa-se a seguir a evolução da balança comercial de entre o estado e a Argentina desde a criação do Mercosul, cujas principais tendências e inflexões podem ser visualizadas no Gráfico 8.

Inicialmente, as exportações apresentaram crescimento elevado, passando de US\$ 60,57 milhões em 1991 para US\$ 342,97 milhões em 1997, enquanto as importações aumentaram de US\$ 63,75 milhões para US\$ 215,29 milhões no mesmo período. A partir de 1998, entretanto, observa-se uma retração contínua nos fluxos comerciais, superada somente no início dos anos 2000.

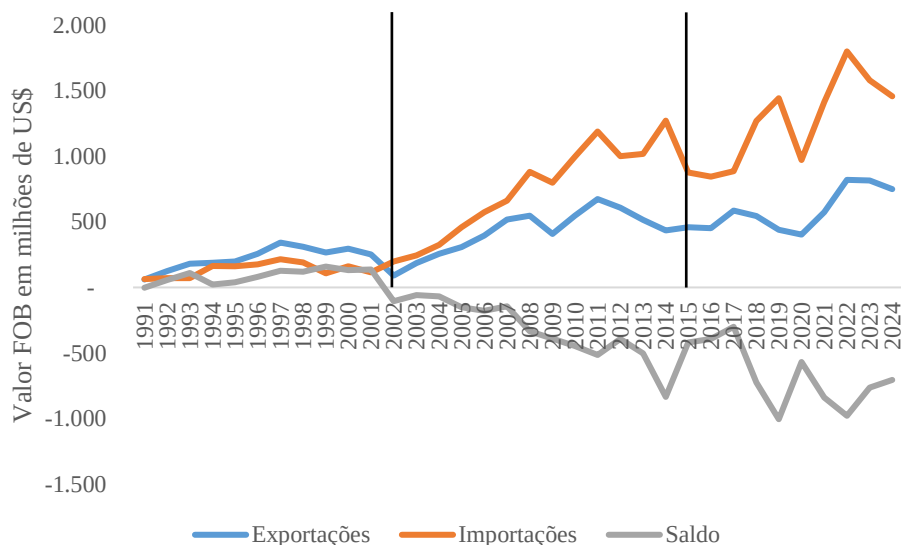
Entre 2003 e 2011, tanto as exportações (de US\$ 185,17 milhões para US\$ 674,60 milhões) quanto as importações (de US\$ 243,79 milhões para US\$ 1,19 bilhão) registraram expansão — com queda somente em 2009 —, refletindo a intensificação das relações econômicas com a Argentina no âmbito da integração regional. Nos anos consecutivos, todavia, o comércio bilateral sofreu tendência de retração, com as exportações registrando US\$ 451,90 milhões e as importações US\$ 844,95 milhões em 2016.

A partir de 2017, as exportações apresentaram uma recuperação inicial, seguida por três anos consecutivos de arrefecimento e em seguida, dois anos de expansão, atingindo US\$ 820,05 milhões em 2022. O movimento, porém, não se sustentou: nos dois anos seguintes houve nova queda, com o valor exportado encerrando 2024 em US\$ 750,14 milhões. As importações, por sua vez, retomaram trajetória ascendente a partir de 2017, registrando redução apenas em 2020 (US\$ 941,02 milhões), alcançando a máxima histórica em 2022 (US\$ 1,80 bilhão) e apresentando dois anos subsequentes de desaceleração, totalizando US\$ 1,46 bilhão em 2024.

No que tange ao saldo comercial com a Argentina, nota-se que este é caracterizado por dois períodos distintos. Entre 1991 e 2001, as exportações foram superiores às importações — ou muito próximas —, com superávits presentes ao longo de quase todos os anos. A partir de 2002, no entanto, evidencia-se a prevalência de déficits comerciais com o bloco, cuja máxima histórica foi em 2019, na ordem de US\$ 1,00 bilhão.

Com base nessa análise, verifica-se que o fluxo comercial entre Santa Catarina e Argentina ao longo do processo de integração foi marcado por uma trajetória expansiva, com notável superação das importações frente às exportações a partir da segunda fase do Mercosul. Nesse contexto, o país tem sido um dos principais parceiros comerciais do estado ao longo dos anos, se destacando na atual fase (2016-2024) como o terceiro maior destino de exportações e quarta maior origem de importações (MDIC, 2025).

Gráfico 8 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com a Argentina (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

5.2.2. Comércio com o Paraguai

O Paraguai, por sua vez, ocupa uma posição menos proeminente na estrutura comercial catarinense, figurando, entre 2016 e 2024, como o sétimo principal destino das exportações e a décima maior origem das importações do estado (MDIC, 2025). Apesar disso, a relação bilateral apresenta elementos que justificam atenção, sobretudo pelo saldo comercial menos assimétrico quando comparado ao observado nas relações com a Argentina e pela recém guinada no âmbito de intensificação das trocas comerciais.

O primeiro aspecto que merece destaque é o comportamento do saldo comercial. Diferentemente do que ocorre na relação com a Argentina, observa-se, no caso paraguaio, uma trajetória mais equilibrada, com a ocorrência de superávits em quase metade da série histórica — de forma pontual em 1993 e em 1998 e, de maneira mais contínua, entre 2007 e 2018. Nos demais anos, embora tenham predominado déficits, estes foram, em geral, expressivamente menores do que aqueles registrados com principal parceiro do bloco. Os maiores correram em 1995 (US\$ 150,56 milhões) e em 2022 (US\$ 156,31 milhões), valores relativamente modestos se comparados aos déficits bilaterais com a Argentina.

No que tange às exportações, observa-se uma tendência geral de crescimento, ainda que com oscilações. Entre 1991 e 1997 os valores partiram de US\$ 39,81 milhões e atingiram um pico inicial de US\$ 94,12 milhões, porém recuaram nos cinco anos seguintes, chegando a US\$ 34,23 milhões em 2002, encerrando a primeira fase do Mercosul com certa volatilidade.

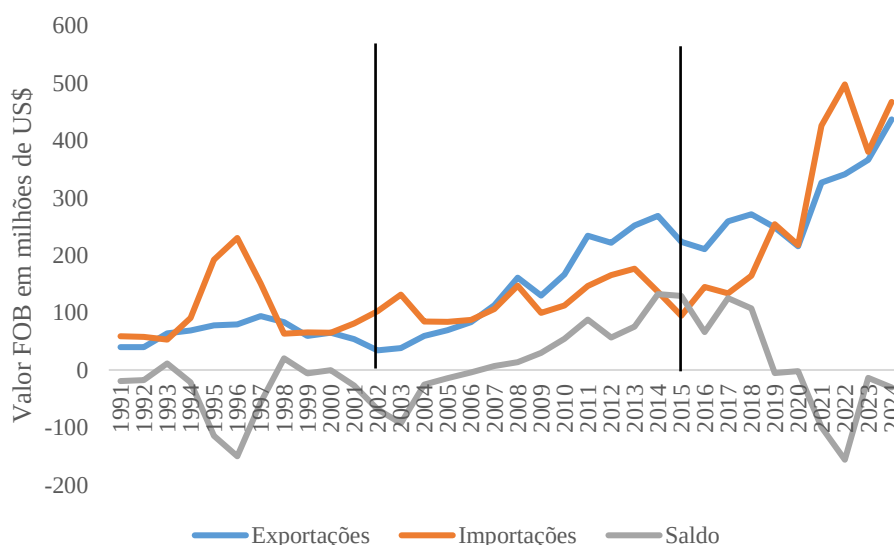
A partir de 2003, contudo, iniciou-se uma fase de expansão mais consistente, onde as exportações cresceram de US\$ 38,27 milhões, em 2003, para US\$ 223,53 milhões, em 2015, com leve retrações apenas em 2009, 2012 e 2015. Entre 2016 e 2020, a tendência novamente foi de crescimento, com oscilações moderadas somente em 2019 e 2020, seguida por quatro anos de sucessivos recordes, até alcançar US\$ 436,59 milhões em 2024 — o maior valor da série.

Já em relação às importações, identifica-se uma maior variação ao longo dos anos, com a ausência de uma tendência linear em quase toda a série histórica. Nos três primeiros anos de integração, as importações variaram em níveis relativamente modestos, na ordem dos US\$ 50 a US\$ 60 milhões, antes de registrarem um salto expressivo a partir de 1994 e atingirem a marca de US\$ 230,13 milhões em 1996.

Após esse pico inicial, porém, observa-se uma contração entre 1997 e 2000, com os valores importados voltando ao patamar inicial da integração, em torno de US\$ 60 milhões. Entre 2001 e 2017, verifica-se uma forte flutuação, com as importações tendo variado entre US\$ 80,85 milhões e US\$ 144,61 milhões, com tendência de estagnação no decorrer dos anos. A mudança mais relevante na série ocorreu a partir de 2018, quando as importações passaram a crescer de forma mais acentuada e contínua, saindo de US\$ 164,09 milhões para US\$ 467,25 milhões em 2024, com recuo apenas em 2020 e em 2023 — após a máxima histórica de US\$ 497,52 milhões em 2022.

O Gráfico 9 ilustra a evolução da balança comercial entre Santa Catarina e Paraguai:

Gráfico 9 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com o Paraguai (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Destaca-se que, apesar das oscilações ocorridas, tanto o nível das exportações quanto das importações encontram-se atualmente em um patamar superior ao observado nas fases anteriores — tal como no caso argentino. Isso evidencia um aprofundamento da relação bilateral entre Santa Catarina e Paraguai, cujo saldo comercial revela-se estruturalmente mais equilibrado e interdependente que o anterior.

5.2.3. Comércio com o Uruguai

Por fim, analisam-se as relações comerciais de Santa Catarina com o Uruguai, membro do Mercosul cujas trocas com o estado apresentam menor expressividade: décimo-terceiro maior parceiro de exportações e décimo-sexto de importações (MDIC, 2025).

Quanto às exportações, observa-se que entre 1991 (US\$ 14,71 milhões) e 2001 (US\$ 60,61 milhões) prevaleceu uma trajetória de ampliação — interrompida apenas por reduções pontuais em 1994 e 1999 —, enquanto o ano de 2002 marcou uma contração mais acentuada, com recuo para US\$ 32,71 milhões. A partir de 2003, iniciou-se um ciclo de consolidação e crescimento expressivo, no qual as exportações aumentaram de US\$ 33,91 milhões para US\$ 153,58 milhões em 2008, apontando o fortalecimento das relações comerciais e maior estabilidade no intercâmbio bilateral. Entre 2009 e 2020, embora tenham persistido oscilações, as exportações se mantiveram em níveis elevados, variando entre US\$ 113,05 milhões e US\$ 172,48 milhões. A partir de 2021, inaugurou-se um novo patamar de desempenho, com valores superiores a US\$ 200 milhões em todos os anos, com a máxima histórica de US\$ 269,51 milhões em 2022 e valor igualmente elevado de US\$ 254,78 milhões em 2024.

Por seu turno, as importações cresceram de forma significativa entre 1991 (US\$ 3,54 milhões) e 1998 (US\$ 83,06 milhões). Recuaram nos três anos seguintes e voltaram a se expandir entre 2002 (US\$ 17,36 milhões) e 2008 (US\$ 156,46 milhões). De 2009 a 2015, oscilaram entre US\$ 146,99 milhões e US\$ 276,30 milhões, antes de registrarem forte retração em 2016 (US\$ 99,01 milhões). A partir de 2017, retomam trajetória ascendente, culminando no maior valor da série histórica: US\$ 435,79 milhões, em 2024.

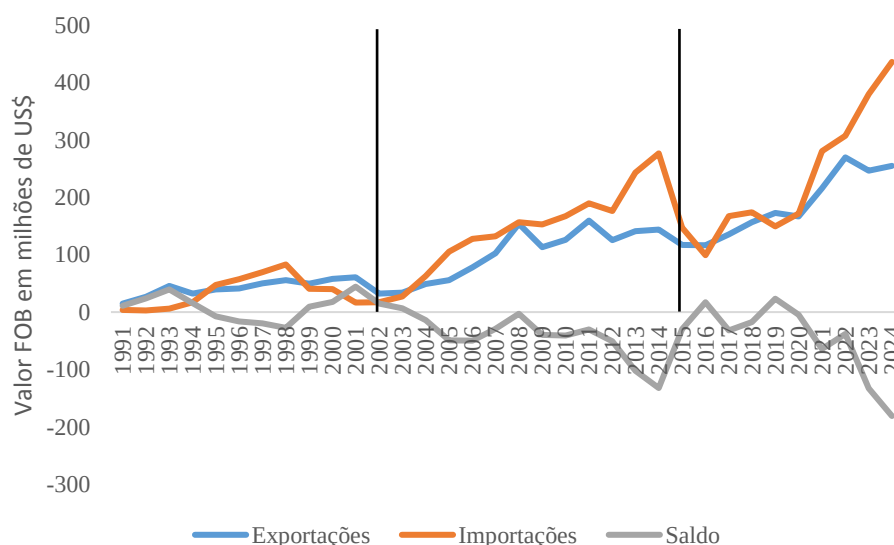
Dessa forma, tal como ocorre com a Argentina e com o Paraguai, no caso uruguaio, a tendência geral do comércio com Santa Catarina é de crescimento, com interrupções pontuais e, em sua maioria, pouco severas, conforme pode ser visualizado no Gráfico 10.

Para mais, o saldo da balança comercial com o Uruguai apresenta um viés historicamente deficitário, com as importações superando as exportações na maior parte da série. No entanto, ainda que negativa, o saldo apresenta algumas exceções, tal como os

superávits entre 1991 e 1994, entre 1999 e 2003, em 2016 e em 2019. Além disso, de forma semelhante ao Paraguai, o intercâmbio com o Uruguai tende a ser mais equilibrado, uma vez que os valores exportados e importados permanecem relativamente próximos ao longo do tempo — com uma diferença média de apenas US\$ 26,14 milhões no período de 1991 a 2024. As maiores discrepâncias ocorreram em momentos específicos, notadamente em 2013 e 2014 e novamente em 2023 e 2024, quando os déficits ultrapassam a marca de US\$ 100 milhões.

Esse saldo histórico confirma a manutenção do perfil predominantemente importador de Santa Catarina nas relações com todos os membros do Mercosul. Contudo, também revela que a magnitude desse desequilíbrio varia entre os parceiros: a disparidade é significativamente mais acentuada na relação com a Argentina, enquanto Uruguai e Paraguai apresentam padrões muito mais equilibrados, com diferenças relativamente reduzidas entre exportações e importações ao longo da série histórica.

Gráfico 10 – Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina com o Uruguai (1991-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Em síntese, a evolução conjunta de exportações e importações revela a consolidação do Uruguai como um mercado relevante e relativamente estável, caracterizado por expansão contínua da corrente de comércio e baixa propensão a retrações prolongadas. Nesse viés, ainda que menos expressiva que Argentina e Paraguai, tal relação reforça a centralidade do Mercosul como destino e origem importantes para as trocas comerciais de Santa Catarina.

5.3. COMÉRCIO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA ENTRE SANTA CATARINA E MERCOSUL

Nesta seção, é analisada a estrutura do comércio entre Santa Catarina e os países do Mercosul, com ênfase na especialização produtiva do estado e nos segmentos que mais se beneficiam do processo de integração regional na atual conjuntura do bloco. A partir da identificação dos principais produtos comercializados entre 2016 e 2024, busca-se compreender de que maneira a inserção catarinense no Mercosul reforça qualitativamente sua presença no comércio exterior. Ressalta-se que os dados foram organizados de acordo com o valor acumulado no período, estando dispostos em ordem decrescente de participação.

5.3.1. Especialização Produtiva no Comércio com a Argentina

Visando avaliar a especialização produtiva catarinense no comércio com a Argentina, os dados a seguir apresentam os dez principais produtos exportados ao país entre 2016 e 2024. Destaca-se que o recorte temporal foi adotado por corresponder ao período em que se consolidam os padrões contemporâneos de especialização produtiva e de composição da pauta exportadora catarinense, além de refletir o comportamento recente do comércio bilateral.

Dentre as principais exportações à Argentina, destacam-se o papel e cartão kraft (4804.11.00 e 4804.21.00) e os laminados de ferro e aço (7210.49.10 e 7225.92.00), que, no período analisado, representaram respectivamente 14,71% e 13,84% das vendas estaduais. Em seguida, observa-se um desempenho expressivo de bens de tecnologia industrial, composto por motocompressores herméticos (8414.30.11), refrigeradores e freezers (8418.10.00) e motores elétricos trifásicos (8501.52.10), cuja participação conjunta atingiu 7,03%. Destaca-se ainda o percentual de produtos industriais intermediários, como ladrilhos e placas cerâmicas (6907.21.00) e fios de cobre refinado (7408.19.00), que somaram 4,88%; assim como do setor agrícola, representado pelas carnes suínas (0203.29.00), com 4,69% do total exportado.

Com base nisso, compreende-se que a pauta exportadora de Santa Catarina para a Argentina apresenta um perfil predominantemente manufaturado, com destaque para bens intermediários e insumos para a indústria de transformação, refletindo a integração produtiva em cadeias de papel, metalurgia, motores elétricos e refrigeração. Ao mesmo tempo, a relação comercial evidencia considerável diversificação, com mais de 60% das exportações concentradas em uma ampla variedade de bens, revelando elevada dispersão na pauta estadual.

Os dados descritos acima estão sintetizados na Tabela 5:

Tabela 5 – Principais Produtos Exportados por Santa Catarina para a Argentina (2016-2024)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
4804.11.00 - Papel e cartão para cobertura, denominados Kraftliner, crus, em rolos ou em folhas	632,42	11,75
7210.49.10 - Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados, ou revestidos, galvanizados por outro processo, de espessura inferior a 4,75 mm	356,22	10,99
0203.29.00 - Outras carnes de suíno, congeladas	252,37	4,69
7225.92.00 - Laminados de outras ligas de aço, de largura igual ou superior a 600 mm, galvanizados por outro processo	153,53	2,85
8414.30.11 - Motocompressores herméticos, com capacidade inferior a 4.700 frigorias/hora, dos tipos utilizados nos equipamentos frigoríficos	151,82	2,82
6907.21.00 - Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, exceto os das subposições 6907.30 e 6907.40, com um coeficiente de absorção de água, em peso, não superior a 0,5 %	133,59	2,48
7408.19.00 - Outros fios de cobre refinado	129,12	2,40
8418.10.00 - Combinações de refrigeradores e congeladores (freezers), munidos de portas exteriores separadas	116,75	2,17
8501.52.10 - Motor elétrico de corrente alternada, trifásico, de potência superior a 750 W, mas não superior a 75 kW, com rotor de gaiola	110,08	2,04
4804.21.00 - Papel Kraft para sacos de grande capacidade, cru, em rolos ou em folhas	105,24	1,96
Outros	3.242,13	60,23
Total	5.383,27	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Diferentemente do que ocorre nas exportações, as importações apresentam maior presença de bens de elevado valor agregado, como é o caso dos automóveis de transporte (8703.22.10), que representam 10,56% das compras internacionais do estado. O setor químico também se mostra relevante, com a importação de inseticidas (3808.91.19) e materiais plásticos — 3901.20.29, 3902.10.20 e 3901.40.00 — totalizando 18,96% do valor importado.

Além disso, produtos agrícolas, como batatas (2004.10.00) e leite (0402.21.10), respondem por 10,13% das importações, enquanto materiais metálicos derivados do alumínio (7601.10.00, 7601.20.00 e 7605.11.10) representam 8,30%. Por fim, a categoria “Outros” representa 52,04% do total importado, indicando novamente alta diversidade comercial, porém com maior dependência de itens individuais.

Com base nessas informações, condessadas na Tabela 6, conclui-se que a pauta importadora de Santa Catarina com a Argentina apresenta um perfil bastante diversificado, abrangendo produtos de maior valor agregado, insumos industriais e itens agroalimentares.

Tabela 6 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina da Argentina (2016-2024)

(continua)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
8703.22.10 - Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm ³ , mas não superior a 1.500 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluindo o motorista	1.231,64	10,56
2004.10.00 - Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético, congeladas	952,54	8,17
3901.20.29 - Outros polietilenos sem carga, densidade ≥ 0.94 , em formas primárias	674,02	5,78
3902.10.20 - Polipropileno sem carga, em forma primária	566,24	4,86
3901.40.00 - Copolímeros de etileno e alfa-olefina, de densidade inferior a 0,94	538,89	4,62
3808.91.19 - Outros inseticidas apresentados em formas ou embalagens exclusivamente para uso direto em aplicações domissanitárias	431,53	3,70
7601.10.00 - Alumínio não ligado, em formas brutas	386,35	3,31
7601.20.00 - Ligas de alumínio, em formas brutas	329,02	2,82
7605.11.10 - Fios de alumínio não ligado, com a maior dimensão da seção transversal superior a 7 mm, com um teor de alumínio superior ou igual a 99,45 %, em peso, e uma resistividade elétrica inferior ou igual a 0,0283 ohm.mm ² /m	253,05	2,17
0402.21.10 - Leite integral, em pó, com um teor, em peso, de matérias gordas, superior a 1,5 %, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes	228,96	1,96

Tabela 6 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina da Argentina (2016-2024)
(conclusão)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
Outros	6.067,56	52,04
Total	11.659,80	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

O cenário estadual, nesse sentido, contrasta com a dinâmica observada no nível nacional. O argumento de que o comércio entre Brasil e Mercosul apresenta um viés qualitativo consideravelmente superior ao praticado com outras economias não se confirma no caso de Santa Catarina. Isso porque o principal parceiro comercial do estado dentro do bloco exporta um volume maior e uma variedade mais ampla de bens industriais do que aqueles que dele importa, tanto em termos de valor quanto de composição.

5.3.2. Especialização Produtiva no Comércio com o Paraguai

Em relação aos principais produtos exportados e importados por Santa Catarina no comércio com o Paraguai, destacam-se os bens elencados nas Tabelas 7 e 8.

O somatório das exportações entre 2016 e 2024 revela uma baixa concentração entre os dez produtos mais vendidos, visto que esses correspondem a apenas 18,48% do total exportado ao Paraguai. Tal padrão, portanto, indica a inexistência de produtos específicos que exerçam papel dominante. No entanto, ainda que proporcionalmente menos intensivos, sua análise é relevante para compreender a composição da pauta exportadora catarinense, pois permite identificar os padrões que se repetem de forma mais consistente, bem como as tendências estruturais nas relações comerciais de Santa Catarina com o país na fase atual do bloco.

Nesse viés, entre os principais produtos exportados, destacam-se quatro grupos. O primeiro, composto por bens industriais e de capital, como reboques e semi-reboques (8716.39.00), refrigeradores e freezers (8418.10.00), máquinas de lavar roupa (8450.19.00) e transformadores (8504.23.00), com participação de 5,96%. O segundo, por bens de menor incidência tecnológica como ladrilhos e placas cerâmicas (6907.21.00) e parafusos e pinos (7318.15.00), com 5,83%. O terceiro, por bens de consumo diversos (3917.40.90, 3924.10.00 e 4804.11.00), com 3,91%. E o quarto, por fertilizantes agrícolas (3105.20.00), com 2,79%.

Em suma, verifica-se que as exportações catarinenses para o Paraguai apresentam um perfil qualitativamente superior ao feito à Argentina, caracterizado pela presença de produtos de maior valor agregado — embora com nível de industrialização não tão elevado.

Tabela 7 – Principais Produtos Exportados por Santa Catarina para o Paraguai (2016-2024)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
6907.21.00 - Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, exceto os das subposições 6907.30 e 6907.40, com um coeficiente de absorção de água, em peso, não superior a 0,5 %	114,00	4,26
3105.20.00 - Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, que contenham os três elementos fertilizantes: nitrogênio (azoto), fósforo e potássio	74,63	2,79
8716.39.00 - Outros reboques e semi-reboques para transporte de mercadorias	48,09	1,80
8418.10.00 - Combinações de refrigeradores e congeladores (freezers), munidos de portas exteriores separadas	47,36	1,77
7318.15.00 - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas, de ferro fundido, ferro ou aço	41,91	1,57
3917.40.90 - Outros acessórios para tubos, de plásticos	37,16	1,39
3924.10.00 - Serviços de mesa e outros utensílios de mesa ou de cozinha, de plásticos	34,26	1,28
4804.11.00 - Papel e cartão para cobertura, denominados Kraftliner, crus, em rolos ou em folhas	33,24	1,24
8450.19.00 - Outras máquinas de lavar roupa, de capacidade, expressa em peso de roupa seca, não superior a 10 kg	32,97	1,23
8504.23.00 - Transformadores de dielétrico líquido, de potência superior a 10.000 kVA	30,91	1,16
Outros	2.181,20	81,52
Total	2.675,73	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

No que se refere às importações, observa-se um cenário marcadamente diferente, com a predominância de um produto específico no comércio bilateral: o milho paraguaio

(1005.90.10), que representou 21,40% do total das importações catarinenses entre 2016 e 2024. Este, somado às carnes bovinas (0201.30.00 e 0202.30.00), ao trigo e misturas de trigo com centeio (1001.99.00) e ao sebo bovino (1502.10.12), correspondeu a 40,72% das mercadorias adquiridas por Santa Catarina ao longo da terceira fase do Mercosul, evidenciando a predominância do setor agrícola nas importações catarinenses provenientes do país.

Em seguida, destacam-se os produtos têxteis e de vestuário (6301.40.00, 6303.92.00 e 6204.62.00), que representaram 7,98% das principais importações catarinenses; bem como os jogos de fios para veículos (8544.30.00), com 4,23%, e os resíduos de cobre (7404.00.00), com 3,65%. Os demais produtos, por sua vez, representaram menos da metade da pauta importadora do estado (43,52%), evidenciando uma maior concentração em produtos específicos.

Tabela 8 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina do Paraguai (2016-2024)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
1005.90.10 - Milho em grão, exceto para semeadura	574,62	21,40
0201.30.00 - Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	241,24	8,98
0202.30.00 - Carnes desossadas de bovino, congeladas	125,07	4,66
8544.30.00 - Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios dos tipos utilizados em quaisquer veículos	113,47	4,23
7404.00.00 - Desperdícios e resíduos, de cobre	97,97	3,65
6301.40.00 - Cobertores e mantas (exceto os elétricos), de fibras sintéticas	83,06	3,09
1001.99.00 - Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	77,05	2,87
6303.92.00 - Cortinados, cortinas, reposteiros e estores; sanefas, de fibras sintéticas, exceto de malha	74,60	2,78
1502.10.12 - Sebo bovino fundido (incluindo o premier jus)	72,77	2,71
6204.62.00 - Calças, jardineiras, bermudas e shorts (calções), de uso feminino, de algodão	56,64	2,11
Outros	1.168,62	43,52
Total	2.685,11	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

5.3.3. Especialização Produtiva no Comércio com o Uruguai

Constata-se que, dentre os três países integrantes do Mercosul com que Santa Catarina estabelece relações comerciais, o Uruguai possui a menor incidência tecnológica no âmbito das exportações, conforme ilustra a Tabela 9.

Dentre as principais mercadorias vendidas, destacam-se produtos primários como carnes de suínos e de frango (0203.29.00 e 1602.32.30), bananas (0803.90.00) e mate (0903.00.90), os quais somam 15,37% das exportações. Em seguida, aparecem manufaturas de baixa complexidade, como tubos metálicos (7306.61.00), com 5,11%; ladrilhas e cerâmicas (6907.21.00 e 6907.22.00), com 4,22%; móveis de madeira (9403.50.00), com 2,10%; chapas plásticas (3920.10.99), com 1,88%; e papel higiênico (4818.10.00), com 1,73%.

Esse padrão revela um cenário menos favorável do que o observado no comércio com a Argentina, cuja pauta, embora também concentrada, ainda apresenta maior diversificação, e contrasta com a inserção tecnológica relativamente superior identificada nas exportações destinadas ao Paraguai. Em termos estruturais, portanto, o Uruguai tende a absorver segmentos da economia catarinense pouco intensivas em inovação, reforçando a posição do estado como fornecedor de bens básicos e intermediários.

Tabela 9 – Principais Produtos Exportados por Santa Catarina para o Uruguai (2016-2024)

(continua)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
0203.29.00 - Outras carnes de suíno, congeladas	136,95	7,90
7306.61.00 - Outros tubos soldados, de seção quadrada ou retangular	88,60	5,11
0803.90.00 - Bananas frescas ou secas, exceto bananas-da-terra	55,82	3,22
0903.00.90 - Outros tipos de mate	44,91	2,59
6907.21.00 - Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, exceto os das subposições 6907.30 e 6907.40, com um coeficiente de absorção de água, em peso, não superior a 0,5 %	44,23	2,55
9403.50.00 - Móveis de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir	36,43	2,10

Tabela 9 – Principais Produtos Exportados por Santa Catarina para o Uruguai (2016-2024)
(conclusão)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
3920.10.99 - Outras chapas de polímeros de etileno, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas de forma semelhante a outras matérias	32,66	1,88
4818.10.00 - Papel higiênico	29,98	1,73
6907.22.00 - Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, exceto os das subposições 6907.30 e 6907.40, com um coeficiente de absorção de água, em peso, superior a 0,5 %, mas não superior a 10 %	29,03	1,67
1602.32.30 - Preparações e conservas de galos e galinhas, com conteúdo de carne ou de miudezas superior ou igual a 25 % e inferior a 57 %, em peso	28,75	1,66
Outros	1.206,38	69,58
Total	1.733,73	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

No caso das importações, evidenciadas na Tabela 10, observa-se um peso importante dos dez principais produtos, uma vez que representam 72,21% do total de mercadorias importadas. Dentre eles, verifica-se a predominância de insumos destinados à indústria de alimentos e bebidas: garrações e frascos plásticos (3923.30.90 e 3923.30.00) e preparações para elaboração de bebidas (2106.90.10), os quais somam 41,25% do total importado.

Em segundo lugar, destacam-se bens ligados ao setor automobilístico: bolsas infláveis para airbags (8708.95.21) e automóveis (8703.23.10), cuja participação é de 14,18%. Por fim, observa-se a participação expressiva de produtos agroalimentares: carnes bovinas e ovinas (0202.30.00 e 0204.42.00), malte (1107.10.10) e arroz (1006.30.21), com somados 12,54%.

Tabela 10 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina do Uruguai (2016-2024)
(continua)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
3923.30.90 - Outros garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	456,18	21,09

Tabela 10 – Principais Produtos Importados por Santa Catarina do Uruguai (2016-2024)
(conclusão)

NCM – Produto	Valor FOB em milhões de US\$ (acumulado)	Participação (%)
2106.90.10 - Outras preparações para elaboração de bebidas	279,72	12,93
8708.95.21 - Bolsas infláveis para airbags	241,60	11,17
3923.30.00 - Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	156,40	7,23
0202.30.00 - Carnes desossadas de bovino, congeladas	91,92	4,25
0402.21.10 - Leite integral, em pó, com um teor, em peso, de matérias gordas, superior a 1,5 %, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes	87,12	4,03
8703.23.10 - Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	65,17	3,01
0204.42.00 - Outras peças não desossadas de ovino, congeladas	65,12	3,01
1107.10.10 - Malte não torrado, inteiro ou partido	64,00	2,96
1006.30.21 - Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	54,99	2,54
Outros	601,20	27,79
Total	2.163,43	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

Com base nos dados expostos, compreende-se que as relações comerciais com o Uruguai, tal como no caso argentino, apresentam uma disparidade qualitativa entre as exportações e importações, pois estas possuem maior prevalência de produtos industrializados que aquelas.

Nesse sentido, considera-se que a relação de Santa Catarina com os membros do Mercosul, em sua maioria, não reproduz o padrão brasileiro, marcado pela forte presença de bens manufaturados nas vendas externas ao bloco. Em vez disso, o estado apresenta uma pauta exportadora menos intensiva em manufaturas complexas, evidenciando um perfil qualitativamente inferior de especialização produtiva no contexto da integração regional.

5.4. SÍNTESE ANALÍTICA

Apesar do comércio entre o Brasil e os demais membros do Mercosul ser composto majoritariamente por bens industriais de alto valor agregado, a análise concreta do comércio de Santa Catarina com o bloco revela um quadro parcialmente distinto.

Destaca-se que, de fato, há a predominância de bens industrializados no comércio catarinense com Argentina, Paraguai e Uruguai. Porém, este não segue o perfil altamente tecnológico característico das principais exportações brasileiras — em sua maioria, provenientes do setor automobilístico. Em vez disso, concentra-se em mercadorias intermediárias e básicas como papel e cartão kraft, laminados de ferro e aço, ladrilhos e placas cerâmicas, carnes diversas e insumos siderúrgicos, químicos e metalmecânicos.

Desse modo, sob uma perspectiva meramente setorial, o comércio entre Santa Catarina e Mercosul pode ser interpretado como predominantemente manufaturado, dado que as exportações classificadas na Indústria de Transformação superam 90% do total destinado a cada um dos parceiros do bloco, como indica a Tabela 11, com a média da participação dos quatro setores da ISIC nas exportações de Santa Catarina para os três países.

Tabela 11 – Composição das Exportações de Santa Catarina para Argentina, Paraguai e Uruguai por Seções ISIC (média 2016–2024)

Ano	Indústria de Transformação (%)	Indústria Extrativa (%)	Agropecuária (%)	Outros Produtos (%)
Argentina	97,09%	2,54%	0,13%	0,23%
Paraguai	98,56%	0,27%	0,97%	0,20%
Uruguai	92,66%	6,86%	0,31%	0,17%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2025).

No entanto, quando se examina a composição efetiva das mercadorias transacionadas, conforme realizado na última seção, observa-se que grande parte desse comércio industrial concentra-se na exportação de bens intermediários e de produtos de menor valor agregado. Ao mesmo tempo, o intercâmbio de produtos tecnologicamente mais complexos ocorre de forma dispersa nas exportações, tendendo a ser mais intensivo nas importações.

A classificação setorial da ISIC, portanto, não captura, por si só, o grau de complexidade tecnológica presente na pauta comercial de Santa Catarina com o bloco. Enquanto ela categoriza

atividades econômicas de forma ampla, a análise concreta dos produtos sob a perspectiva da NCM permite identificar o real nível de processamento e sofisticação dos produtos comercializados com o bloco.

O resultado, portanto, é a constatação de uma convergência entre a ISIC e a NCM em nível nacional, uma vez que tanto a predominância da Indústria de Transformação quanto a natureza dos produtos efetivamente exportados pelo Brasil indicam a presença de bens de média e alta complexidade tecnológica. Por conseguinte, aponta-se para uma maior diversificação produtiva no cenário macro com o Mercosul.

A nível subnacional, entretanto, ainda que Santa Catarina possua diversas vantagens específicas em relação a outros estados — como proximidade geográfica, diversificação setorial e indústria robusta —, quando analisada a relação comercial com o Mercosul, esta mostra-se não tão promissora de um ponto de vista qualitativo. Isso evidencia que a diversificação produtiva do estado no comércio exterior não se caracteriza por elevada complexidade tecnológica, mas sim pela exportação de bens majoritariamente intermediários no mercado regional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo analisar os efeitos da integração econômica do Mercosul sobre o comércio exterior de Santa Catarina entre 1991 e 2024, com ênfase na evolução dos fluxos comerciais e na especialização produtiva que condicionam a plena apropriação das oportunidades regionais. Partindo de uma revisão teórica sobre os processos de integração e de um exame histórico do desenvolvimento institucional do Mercosul, buscou-se compreender em que medida o bloco regional tem contribuído para aprofundar a inserção catarinense no mercado intrabloco e quais limitações ainda se impõem ao avanço dessa inserção.

De um ponto de vista histórico-conceitual, compreendeu-se que o Mercosul se consolidou como um processo de integração predominantemente intergovernamentalista, no qual os Estados-membros preservam ampla autonomia decisória e mantêm o controle sobre os principais instrumentos de política econômica e comercial. Desde sua criação, o bloco avançou por meio de negociações entre governos nacionais, sem delegação significativa de autoridade a órgãos supranacionais — o que explica tanto sua institucionalidade reduzida quanto a dificuldade de produzir compromissos vinculantes de longo prazo. Essa lógica confere flexibilidade aos países-membros no âmbito do processo integracionista, mas também gera volatilidade, descontinuidade e limitações estruturais para aprofundar a integração econômica em áreas mais profundas.

Do ponto de vista geral, verificou-se que o Mercosul não correspondeu integralmente às expectativas estabelecidas pelo Tratado de Assunção. A ausência de mecanismos sólidos de coordenação macroeconômica, a manutenção de barreiras não tarifárias, as frequentes exceções à Tarifa Externa Comum e as recorrentes crises internas dos países-membros impediram que o bloco avançasse de forma consistente rumo ao mercado comum originalmente previsto. Assim, consolidando-se como uma união aduaneira imperfeita, com forte dependência das conjunturas políticas domésticas de seus membros — elementos que explicam a oscilação cíclica do comércio intrabloco.

Apesar dessas limitações estruturais, constatou-se que a integração gerou efeitos econômicos positivos para o Brasil, especialmente durante as duas primeiras fases do bloco, quando as exportações e importações registraram aumentos expressivos e impulsionaram a interdependência produtiva entre os membros. A partir da terceira fase, contudo, o desempenho comercial tornou-se mais volátil, refletindo a menor convergência política entre os países e a dificuldade de formulação de agendas comuns. Tal instabilidade limita a previsibilidade do

comércio regional e reduz a eficácia do Mercosul como instrumento de integração econômica profunda.

No caso de Santa Catarina, os resultados expõem uma dinâmica particular. O estado apresentou uma relação comercial em crescimento com o bloco, porém assimétrica em termos de participação relativa. De um lado, manteve exportações ascendentes em valores absolutos, alcançando máximas históricas e ampliando sua posição entre os estados brasileiros mais relevantes no comércio intrabloco. Por outro, observou redução da participação percentual do Mercosul nas vendas externas ao longo do tempo, uma vez que, na primeira fase da integração, essa proporção era significativamente mais elevada. Isso indica que, embora Santa Catarina tenha consolidado presença no mercado regional, a relevância relativa do bloco diminuiu à medida que outros destinos e estruturas produtivas ganharam peso na pauta exportadora.

Quanto às importações, estas acompanharam o padrão estadual de expansão do déficit comercial, apresentando crescimento expressivo ao longo dos anos. No entanto, assim como observado nas exportações, verificou-se redução da participação relativa do Mercosul, já que, nas fases iniciais da integração, esses percentuais eram substancialmente maiores. Esse movimento decorre tanto da perda de dinamismo no âmbito do próprio processo integracionista quanto da reorientação da estratégia comercial catarinense, marcada pela diversificação de fornecedores e pelo uso de políticas fiscais mais atrativas no comércio internacional.

A análise desagregada por país evidenciou especificidades relevantes no padrão de inserção de Santa Catarina no Mercosul. A Argentina permanece como o principal parceiro comercial do estado dentro do bloco, caracterizando um intercâmbio historicamente deficitário. Do lado das exportações, prevalecem bens manufaturados de baixa complexidade industrial, com destaque para o papel e cartão kraft e para os laminados de ferro e aço — produtos típicos da indústria de base catarinense. Em contrapartida, as importações provenientes do país concentram-se em bens de maior valor agregado, como automóveis de passeio e insumos químicos e petroquímicos, reforçando a assimetria tecnológica da relação bilateral.

O Paraguai, embora possua valores absolutos menores, apresenta uma relação comercial mais equilibrada e que se intensificou de maneira consistente a partir de 2018. As exportações catarinenses para o país revelam maior participação de bens industriais e de capital, enquanto as importações mantêm forte predominância de produtos primários, especialmente o milho, elemento central para o abastecimento das cadeias agroindustriais do estado. Trata-se, portanto, de um intercâmbio que combina complementaridade produtiva com crescente dinamismo.

Por fim, o Uruguai configura o parceiro de menor magnitude no comércio com o bloco, tanto em termos de volume quanto de diversidade da pauta. O país absorve uma cesta limitada

de produtos industriais de Santa Catarina, ao mesmo tempo que exporta insumos para indústria de transformação e bens ligados ao setor automotivo, o que resulta em um intercâmbio com menor impacto qualitativo na especialização produtiva do estado.

Com efeito, a análise desses elementos demonstrou que o comércio com o Mercosul permanece relevante para Santa Catarina, mas não configura o principal vetor de transformação tecnológica ou de considerável aumento da diversificação produtiva. Apesar do estado possuir uma estrutura produtiva complexa e diversificada no plano nacional, sua pauta dirigida ao bloco é caracterizada por bens intermediários e produtos industriais de menor valor agregado, incluindo itens de baixa e média intensidade tecnológica, além de produtos primários e semiprocessados. Esse padrão, portanto, evidencia um nível reduzido de sofisticação tecnológica nas trocas regionais, em contraste com o potencial produtivo mais amplo do estado.

Diante desse diagnóstico, identificam-se dimensões relevantes da integração econômica de Santa Catarina com o Mercosul que vão além do escopo deste estudo e que podem orientar pesquisas futuras. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade desenvolver estudos que expliquem de forma mais detalhada o descompasso entre os fluxos de importação e exportação com o bloco, analisando, por exemplo, os efeitos das desvalorizações cambiais nos países membros — em particular na Argentina, que vem enfrentando forte instabilidade macroeconômica no período recente. Em segundo lugar, análises comparadas entre estados brasileiros com perfis industriais semelhantes, visando esclarecer se os padrões observados em Santa Catarina refletem especificidades locais ou características estruturais do comércio intrabloco. Por fim, investigações que explorem bases de dados mais desagregadas, incorporando indicadores de valor adicionado, serviços associados ao comércio e fluxos de investimento direto, a fim de avaliar com maior robustez o potencial do Mercosul como mecanismo de aprofundamento produtivo e tecnológico.

À luz dos resultados obtidos — e das próprias lacunas identificadas pelo estudo — compreende-se que a integração econômica do Brasil no Mercosul produziu avanços importantes, mas ainda incompletos. Para Santa Catarina, ela representa mais uma janela de possibilidades do que um processo plenamente consolidado. Cabe, portanto, às instituições estaduais, ao setor produtivo e aos formuladores de políticas públicas transformarem essas possibilidades em ganhos concretos de competitividade, especialização e desenvolvimento econômico de longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de (coord.). **Mercosul: textos básicos**. 2. ed. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Curitiba: IPARDES, 1992.

AMARANTE, Adriano de *et al.* Inserção internacional e mudança estrutural da balança comercial catarinense nos anos 2000. **Revista Catarinense de Economia**, v. 4, n. 2, p. 4–32, 2020. Disponível em: <https://www.apec.org.br/rce/index.php/rce/article/view/94>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BALASSA, Bela. *Teoría de la integración económica*. Lisboa: Clássica, 1961.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. 2025 Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade**. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BERRINGER, Tatiana; GRANATO, Leonardo. O acordo de princípio Mercosul-União Europeia e os conflitos sociais em torno do seu avanço e ratificação. Caderno CRH, [S. l.], v. 37, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/51096>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BITTENCOURT, Pablo Felipe; CAMPOS, Renato Ramos. Diversificação de Estruturas Industriais Localizadas: um estudo de caso para o Estado de Santa Catarina. **Revista de Economia**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/17203>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BOUZAS, Roberto. *El MERCOSUR diez años después. Proceso de aprendizaje o déjà vu? Desarrollo Económico*, Buenos Aires, vol. 41, n. 162, p. 179-200, jul.-set. 2001.

BRICEÑO-RUIZ, José. O Auge e a Crise do "Novo Mercosul" no Período Pós-Hegemônico (2003-2016). **Lua Nova**, São Paulo, p. 55-86, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-055086/112>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CALEGARI, Daniela. Neofuncionalismo e Intergovernamentalismo: Preponderância ou Coexistência na UE? **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, vol. 5, 2009.

CARDOSO, Bruna Cunha Costa; BURLE, Fernanda. Mercosul: A Dicotomia entre a Manutenção das Listas de Exceções e o Sonho da Constituição de um Mercado Comum. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [S. l.], p. 88–108, 2018. Disponível em: <https://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/222>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz *et al.* **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau: Nova Letra, 2008.

COSTA, Giselle; FERREIRA, Geovanna Kelly dos Santos. Expansão da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC): maior flexibilidade para Brasil e Argentina diante das incertezas do comércio internacional. **IBCI Brasil**, 11 ago. 2025. Disponível em:

<https://ibcibrasil.com.br/expansao-da-lista-de-excecoes-a-tarifa-externa-comum-letec-maior-flexibilidade-para-brasil-e-argentina-diante-das-incertezas-do-comercio-internacional/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ESTEVADEORDAL, Antoni; FRANTZ, Brian; TAYLOR, Alan M. *The Rise and Fall of World Trade, 1870–1939*. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 118, n. 2, p. 359–407, 2003. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w9318>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FACHINELLO, Arlei Luiz; KROTH, Darlan Christiano. Interdependência e setores-chave na economia de Santa Catarina: uma análise de insumo-produto. **Revista de Economia**, [s.l.], v. 38, n. 3, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/27346/20486>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FEIJÓ, Ricardo Luís Chaves e CORRÊA, Isabela Furegatti. Trajetória do Mercosul: do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico. **A Economia em Revista**, v. 27, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003072542>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FERNANDES, Marcella. Entenda o que é LETEC e Ex-tarifário e o que eles têm a ver com a cúpula do Mercosul. **Agência de Notícias da Indústria**, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/entenda-o-que-e-letec-e-ex-tarifario-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-a-cupula-do-mercopol/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Atlas da Competitividade da Indústria Catarinense 2024**. Florianópolis: Observatório FIESC, 2024. Disponível em: <https://observatorio.fiesc.com.br/atlas-competitividade-2024>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FRANZONI, Marcela; PESSOA, Luan Olliveira; ALMEIDA, Victor Ferreira de. O MERCOSUL enquanto meio para alcançar autonomia: o pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/64210>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GOBBO, Edenilza. **MERCOSUL e a Livre Circulação de Mercadorias**. 2001. 131f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80369>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GONÇALVES, José Correia. **O Estado de Santa Catarina e o Mercosul**. 2009. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4104>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GRANATO, Leonardo. Os trinta anos do Mercosul: apontamentos para um balanço. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 10, n. 19, p. 9-29, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225254>. Acesso em: 18 nov. 2025.

HAAS, Ernst Bernard. *Beyond the Nation-State*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1964.

HABERLER, Gottfried. Integração Econômica - A Experiência Européia. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, jan. 1965. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/1774>. Acesso em: 18 nov. 2025.

HOFFMANN, Stanley. *Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe*. **Daedalus**, v.95, n.3, p 862–915, 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20027004>. Acesso em: 18 nov. 2025.

KAPLAN, Marcos. **Problemas del desarrollo y de la integración en América Latina**. Caracas: Monte Avila Editores C.A, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Santa Catarina**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

LAURIA, Lucas Baggi de Mendonça. *Non-tariff Protectionism in Mercosur: Analysis and Recommendations on the Last Three Decades*. Contexto Internacional, v. 45, n. 1, jan-abr 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.20234501e20210067>. Acesso em: 18 nov. 2025.

LIMA, Maria Regina Soares; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Globalização, Regionalização e América do Sul. **Observatório Político Sul-Americano (OPSA)**, 2005.

MALISZEWSKA, Maryla *et al.* *The African Continental Free Trade Area: Economic and Distributional Effects*. Washington, D.C.: World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/topic/trade/publication/the-african-continental-free-trade-area>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Leituras do MERCOSUL: diferentes percepções acerca do Bloco. **Século XXI: Revista de Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, jul-dez 2013. Disponível em: <https://seculo.emnuvens.com.br/xxi/article/view/53>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart. Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. **Lua Nova**, São Paulo, n.112, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-147179/112>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MARIANO, Karina Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. *Liquid Regionalism: a typology for regionalism in the Americas*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 64(2): e004, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100204>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. As teorias de integração regional e os estados subnacionais. **Impulso**. Piracicaba, v.13, n. 31, p. 47-68, 2002.

MESQUITA, Rafael. Regionalismo, integração regional e as relações internacionais: uma introdução teórica. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 10, n. 1, p. 3-22, 2019. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/REI/pt_BR/article/view/2465. Acesso em: 18 nov. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC). **Comex Stat**. 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MITRANY, David. **A working peace system**. Chicago: Quadrangle Books, 1966.

MORAVCSIK, Andrew Maitland. *Preferences and power in the european community: a liberal intergovernmentalist approach*. In: BULMER, S.; SCOTT, A. (Eds.). **Economic and political integration in Europe: international dynamics and global context**. Cambridge: Blackwell, 1994.

PAMPLONA, João Batista; FONSECA, Juliana Fernanda Alves da. Avanços e Recuos do Mercosul: Um Balanço Recente dos Seus Objetivos e Resultados. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 13, p. 07–23, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/prolam/article/view/82318>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2013.
PREBISCH, Raúl. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. in *Cepal - Boletín Económico de América Latina*, vol. VII, nº 1, Santiago de Chile, 1962.

RAZZINI, Guilherme Ronchi. **Análise dos impactos das políticas fiscais nas importações de Santa Catarina**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/261866>. Acesso em: 18 nov. 2025.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism*. **United Nations University Series on Regionalism**, [s. l.], p. 1-16, jan. 2012.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Santa Catarina é o Estado que mais aumentou sua participação no PIB nacional entre estados do Sul e Sudeste**. 2024. Disponível em: <https://www.seplan.sc.gov.br/santa-catarina-e-o-estado-que-mais-aumentou-sua-participacao-no-pib-nacional-entre-estados-do-sul-e-sudeste-santa-catarina-e-o-estado-do-sul-e-sudeste-que-mais-cresceu-em-participacao-no-pib-nacional>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes. Política externa brasileira: as diferentes percepções sobre o Mercosul. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 45–62, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/6030>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEABRA, Fernando. **Economia Internacional**. 1ª ed. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194949>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SECEM. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL**. 2025. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/?language=pt>. Acesso: 18 nov. 2025.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Mercosul: controvérsias preliminares. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília: Ano I, n. 6, 30 jun. 1997.

VAZ, Isabel. O direito da concorrência no âmbito do Mercosul. In: Revista Jurídica Consulex. Ano II n. 17, 31maio, 1998.

VIEIRA, Jeferson de Castro. As experiências de integração da ALALC e ALADI. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16049>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ZILLI, Julio Cesar; NETO, Valdir Scarduelli; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto. A balança comercial do Brasil e do estado de Santa Catarina com o Mercosul – uma análise histórico-descritiva. **Revista Eletrônica do CRA-PR**, v. 3, n. 1, p. 44-61, 2016.